

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 14-6-2021.

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Claudio Janta, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Moisés Barboza. Compuseram a Mesa: Capitão Macedo, Deputado Estadual, Diaran Laone Camargo da Silva, Presidente da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, Argeu Ávila King, comunicador, José Dorneles Pereira e Adelmo Souza. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 007, 013, 014, 016, 017, 037, 039 e 160/21 (Processos nºs 0046, 0067, 0068, 0070, 0071, 0137, 0139 e 0418/21, respectivamente), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Resolução nº 028/21 (Processo nº 0561/21), de autoria de Giovani e Coletivo. Também, foram apregoados os seguintes ofícios, do Prefeito: nº 834/21, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/21 (Processo nº 0573/21) e solicitando tramitação em regime de urgência para essa proposição; nºs 833, 835, 836, 837, 838 e 839/21, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 009, 011 e 012/21 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 010, 011 e 012/21 (Processos nºs 0572, 0574, 0575, 0576, 0577 e 0578/21, respectivamente); nº 860/21, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/19 (Processo nº 0230/19). A seguir, por solicitação de Giovane Byl, Reginete Bispo, Pedro Ruas, Daiana Santos, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Aldacir Oliboni e Pedro Ruas, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Ted Borges, a Maria Luiza Viana, a Liana Coelho Pratti e a Clovis Brum. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do décimo nono aniversário da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, nos termos do Requerimento nº 163/21 (Processo nº 0481/21), de autoria de Alvoni Medina. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Alvoni Medina, como proponente, Cláudia Araújo, Alexandre Bobadra e Airto Ferronato. Compuseram a Mesa: Capitão Macedo, deputado estadual, Diaran Laone Camargo da Silva, presidente da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, Argeu Ávila King, comunicador, José Dorneles Pereira e Adelmo Souza. Após, o Presidente concedeu a palavra a Capitão Macedo e a Diaran Laone

Camargo da Silva, que se pronunciaram acerca da presente solenidade. Também, o Presidente convidou Alvoní Medina a proceder à entrega de diploma alusivo à presente solenidade a Diaran Laone Camargo da Silva. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dezoito minutos às quinze horas e dezenove minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta, Leonel Radde, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Lourdes Sprenger, Fernanda Barth, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Jessé Sangalli, Moisés Barboza, Mauro Pinheiro e Pedro Ruas. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Claudio Janta. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Karen Santos e Reginete Bispo. Em prosseguimento, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, discutido por Pedro Ruas, Jonas Reis e Jessé Sangalli. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 001/21, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 005 e 007/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 003, 124 e 165/20, 029, 041, 042, 125, 140, 141, 150, 184, 188, 191, 192, 207 e 208/21, os Projetos de Lei do Executivo nºs 008 e 006/21, este discutido por Jonas Reis, e os Projetos de Resolução nºs 024 e 025/21. Às dezoito horas e dezessete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Claudio Janta e Mauro Pinheiro. Às dezoito horas e quarenta e seis minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Comandante Nádia, Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Tenho um requerimento, na verdade, a fazer à presidência desta Casa; consta no Regimento Interno da Câmara de Vereadores, no seu “Art. 20. Compete, ainda, ao Presidente: VI – executar os atos

administrativos e legais relativos ao funcionamento da Câmara, conforme decisão da Mesa”. O nosso Regimento Interno prevê que hoje nós temos a sessão legislativa, e a Mesa Diretora da Casa determinou que essa sessão legislativa seria híbrida; portanto deve-se garantir o acesso dos vereadores que assim o desejarem a participar da sessão em plenário, deve-se garantir esse acesso, o Presidente da Casa, tomando todas as medidas legais e administrativas cabíveis. Portanto, faço o requerimento para que o Presidente se manifeste e nos diga quais foram as ações que o senhor tomou para impedir que vereadores fossem restringidos de ter acesso à Casa. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador. O Ver. Giovane Byl está com a palavra.

Vereador Giovane Byl (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ted Borges, um B-Boy e da Sra. Maria Luiza Viana, a Malu Viana, ambos do movimento *hip-hop*; neste final de semana o Movimento Hip-Hop de Porto Alegre perdeu duas pessoas que foram muito importantes para este movimento, para Porto Alegre e para o Estado.

Vereadora Reginete Bispo (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Maria Luiza Viana, a Malu Viana, minha amiga, companheira de lutas, uma jovem mulher negra, *rapper*, militante da cultura no nosso País, que faleceu no dia 12 em virtude das sequelas da Covid-19. Informo que também pedi ao senador Paulo Paim que solicitasse, no Senado, homenagens a essa guerreira, essa grande mulher, a Malu Viana.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Liana Coelho Pratti, que faleceu de Covid-19, lamentavelmente, aos 57 anos, um absurdo, era uma pessoa cheia de vida, foi uma das fundadoras do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Classe, foi uma guerreira a vida inteira, é uma tristeza muito grande a perda da Liana, minha amiga pessoal.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, reforço o pedido da Ver.^a Reginete Bispo solicitando um minuto de silêncio pelo falecimento da Malu Viana, nossa parceira, companheira, a Maria Luiza Viana, que muito precocemente nos deixou neste último sábado. Então aqui fica o registro da bancada do PCdoB, composta por mim e pela Ver.^a Bruna Rodrigues, os nossos sentimentos à família, porque é uma perda muito grande para os nossos movimentos, pois era uma grande lutadora.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-vereador Clóvis Brum que nos

deixou na última sexta-feira; foi aqui velado com todas as honras da Câmara de Vereadores.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Malu Viana, quero me somar aos votos de condolências – ela foi uma artista nossa, mulher negra, militante desta Cidade, sempre nas marchas em defesa do feminismo, da cultura, da nossa Porto Alegre, e que infelizmente deixou uma filha de 13 anos; tão jovem, uma mulher que tinha muita trajetória pela frente, inclusive foi candidata à vereadora pelo PT na última eleição. Deixo os meus sentimentos e os sentimentos de toda a minha equipe do mandato e me somo às condolências.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, falo em nome dos nossos vereadores e vereadoras, em nome da bancada e em nome do partido, nós estamos também pedindo um minuto de silêncio *in memoriam*, até porque a Malu Viana, como disse o meu colega, foi nossa candidata. Era uma militante atuante, uma profissional da área da cultura; nós queremos, na próxima quarta-feira, priorizar o projeto que está em andamento sobre a área da cultura, dedicando, como forma de não só reconhecer a gratidão e o trabalho, mas como seu nome – na quarta-feira farei esse registro. Muito obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, que me somar à nota de pesar solicitado pelo Ver. Idenir Cecchim em relação ao ex-vereador Clóvis Bum; eu fui colega dele nos anos 80 e 90, aqui nesta Casa. Eu não sabia do falecimento do Clóvis Brum, foi um dos fundadores do PMDB, do MDB, um grande vereador, uma pessoa que deixa uma marca importante. Também me somo, por óbvio, ao voto de pesar solicitado pela bancada do PT, quanto à Malu, que nos chocou bastante.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em resposta à solicitação de esclarecimento feita pelo Ver. Ramiro Rosário, quero dizer que a Mesa Diretora deliberou pela colocação de cones para evitar que os manifestantes cruzassem a entrada, mas, pelo jeito, não adiantou, não resolveu o problema; tomaremos providências para enfrentar essa situação. Agradeço a contribuição do vereador.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Então, Presidente, só para deixar bem claro: agora são 14h33min, e a presidência, até o momento, não tomou nenhuma medida legal ou administrativa para o desbloqueio dos portões da Câmara de Vereadores e o possível ingresso dos parlamentares no plenário? É isso o que o senhor está afirmando?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): É o que acabei de lhe dizer. A providência que nós tomamos foi de colocar os cones para impedir que eles cruzem a entrada. Mas até onde eu sei todos os vereadores conseguiram entrar. Não tem nenhum vereador lá na entrada.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Isso que o senhor está falando, de colocar cones, é uma coisa. Estou dizendo para liberar o ingresso na Câmara de Vereadores, pois não foi tomada nenhuma medida para que não entrasse.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim. São essas medidas que eu lhe coloquei agora. Foi deliberado pela Mesa.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Colocar cones? A solicitação à Guarda Municipal ou à Brigada Militar foi...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim. A Guarda Municipal está posta. Se, caso necessário, a Guarda Municipal está a postos ali também.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Para o desbloqueio?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para o desbloqueio.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Há algum ofício da presidência?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não, mas a Guarda Municipal está à disposição.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Não, não, não. Vereadores ficaram muito tempo esperando e alguns até desistiram de ingressar.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós vamos averiguar, vereador, e vamos tomar as medidas cabíveis e necessárias para que isso não aconteça.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Perfeito. Então, nós também vamos tomar algumas medidas, Presidente, porque ficou claro aqui que a Mesa, representada pelo senhor, Presidente, não tomou nenhuma atitude para liberar o ingresso na Câmara de Vereadores. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, vereador. Se essa é a sua opinião. Mas eu estou dizendo o que foi feito, o que foi deliberado por nós.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Eu tenho uma solução bem simples para isso: é a gente parar de trancar a pauta, fazer a votação, que as manifestações terminam. Nós já vamos para a quarta Sessão para discutir.

E outra questão que eu quero trazer aqui, Presidente...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, vereador, mas não vamos usar o microfone de apartes para fazer esse tipo de debate. Por gentileza, nos tempos regimentais, nós faremos as intervenções. Então, está esclarecido.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Presidente, queria registrar a nossa solidariedade aqui aos ataques que o PDT tem sofrido. Inclusive, enquanto Presidente desta Casa, que tem conduzido muito firmemente, nossa solidariedade, do PCdoB. E quero registrar que nenhum parlamentar, pelos menos nenhum de nós, foi barrado na entrada. O problema é que, infelizmente, nós não nos acostumamos com a participação popular. Nós nos acostumamos com galerias vazias e os colegas se sentem incomodados quando as manifestações democráticas são feitas.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Sr. Presidente, não é verdade. Foi bloqueada, sim, a entrada por mais de dez minutos. Eu desci a pé, porque a pessoa que me trouxe tinha horário. Na iniciativa privada, tem horário. Então, foi bloqueada, sim, a entrada, com faixas, e é a terceira vez que isso acontece.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, vereadora, obrigado. Pelo jeito, os cones não resolveram.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, os cones não resolveram. Manifestação, por óbvio, Ver.^a Bruna, faz parte da democracia; agora, não faz parte da democracia não deixar um vereador ir e vir. Eu mesma fui impedida de entrar com o carro, tive que entrar a pé, assim como outros vereadores aqui, aí vem a vereadora falar que entrou normalmente. É óbvio, a oposição está entrando. Gostaria de ver se a direita não os deixassem entrar, seria um escarcéu aqui dentro. O Presidente não pode se omitir. Por favor, Presidente, faça a Guarda Municipal agir neste momento. Obrigada.

Vereadora Mônica Leal (PP): Eu consegui entrar, mas foi difícil, Presidente, demorou. E eu faço aqui um questionamento: se a segurança da Câmara está no portão e fica observando tudo aquilo, vai se formando uma fila de carros, pois tem um monte de gente impedindo a entrada de vários vereadores. Nós perdemos o direito de ir e vir para trabalhar na Câmara – isso não dá para acontecer.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Na quarta-feira, nós vamos deliberar novamente e ver uma alternativa.

Vereador Jonas Reis (PT): Eu acho que a coisa está tranquila, mas sempre tem alguns vereadores que vêm aqui fazer agito. Eles, inclusive, estão dentro da Casa. Há uma contradição, pois chegaram antes das 14h15min.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 19 anos da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, nos termos do Requerimento nº 163/21, de autoria do Ver. Alvoní Medina.

Convidamos para compor a Mesa: o deputado estadual Capitão Macedo; Sr. Diaran Laone Camargo da Silva, presidente da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro; Sr. Argeu Ávila King, comunicador. Como extensão de Mesa: Sr. José Dorneles Pereira, comunicador; Sr. Adelmo Souza, assessor do deputado estadual Capitão Macedo.

O Ver. Alvoní Medina, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, meu Presidente, boa tarde a todos os nobres vereadores e vereadoras, público que nos assiste através da TV Câmara e a todos os demais. Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a ANAPPS – Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social, que ontem, fez aniversário pelos seus 13 anos de atuação em prol dos idosos na cidade de Porto Alegre. Hoje estamos aqui para celebrar os 19 anos da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, fundada em 1º de maio de 2002, pelo Sr. Flávio Cassal, sargento da reserva do Exército. Saúdo, especialmente, os representantes da Rádio Lomba do Pinheiro, o Sr. Argeu Ávila King, seja bem-vindo; o Sr. José Dorneles Pereira; Sra. Gilda; Sra. Iolanda; Sr. Antônio Carlos de Menezes Camargo; Sr. Diaran Silva; seja-bem-vindo, meu nobre; Sr. José Getúlio Batista Silva; Sra. Rosa Maria Nunes da Silva; Sra. Bernardina da Rosa Rodrigues. A Rádio FM 87.9 está situada na Lomba do Pinheiro, na parada 16, tem um pequeno estúdio improvisado, mas acredito que isso é temporário, dentro de uma sala comercial, onde os comunicadores transmitem diariamente conteúdo de qualidade para os seus ouvintes. A ligação da rádio com a comunidade é de amizade, de solidariedade, pois os comunicadores e voluntários também realizam ações sociais, junto aos moradores, como doação de roupas e alimentos. Essa rádio é, sem dúvida, um elo de ligação entre os ouvintes do bairro, os quais ligam para a rádio e participam de programas de informação, entrevistas,

opiniões, ou, ainda, para pedir uma música ou oferecer para alguém especial. Maravilha, não é? Eu tive a imensa satisfação de ter participado de alguns programas na Rádio Lomba do Pinheiro, ocasião em que falei sobre temas importantes para a cidade e recebi demandas da comunidade, sejam para tapar um buraco em alguma rua, solicitar alguns serviços do DMAE ou de remoção de árvores. Digo isso para ressaltar o notável trabalho que a rádio desempenha e a contribuição que ela dá para a sociedade. Desejo vida longa à Rádio Lomba do Pinheiro, parabéns pelos seus 19 anos de atuação junto à sua comunidade. Que Deus abençoe a todos, um grande abraço. É com vocês, meninos!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente; boa tarde, Diaran; no teu nome, eu cumprimento a todos os demais da Mesa; gostaria de deixar aqui o meu carinho à Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro por conhecer e saber a importância de uma rádio comunitária, trazendo informação, trazendo as demandas, as necessidades da comunidade. Queria deixar aqui, em nome da bancada do PSD, os nossos parabéns, que vocês possam estar, por muitos e muitos anos ainda, atendendo à comunidade da Vila Barreto e do entorno. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, boa tarde a todos; hoje é um momento especial, o tema são as rádios comunitárias do Rio Grande do Sul. Em especial, quero parabenizar o meu colega, meu amigo Capitão Macedo, deputado estadual, pelo excelente trabalho que ele vem realizando na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. O deputado Capitão Macedo lançou a Frente Parlamentar em Defesa da Democratização da Comunicação Comunitária no Estado. Essa frente tem como uma das suas finalidades o combate às rádios piratas, buscando a legalização das rádios comunitárias no Estado do Rio Grande do Sul. Essa frente parlamentar é muito importante porque ela visa ao reequilíbrio, à democratização da comunicação no Estado do Rio Grande do Sul. Um parabéns muito especial ao Capitão Macedo, aos colegas da Rádio Lomba do Pinheiro e às demais rádios comunitárias do Estado do Rio Grande do Sul. Quanto mais pessoas tiverem acesso à comunicação, quanto maior for a questão democrática da comunicação no nosso Estado e, principalmente, a questão das rádios, melhor para todos nós. Vamos

combater a pirataria, que possamos, finalmente, legalizar as rádios comunitárias do Rio Grande do Sul. Parabéns aos colegas da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, a todas as rádios do Rio Grande do Sul, em especial, ao meu colega, meu amigo deputado estadual Capitão Macedo. Parabéns pelo seu excelente trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, Ver. Cecchim, comandando os trabalhos; em nome da nossa bancada do PP, eu e a Ver.^a Mônica, que é radialista, jornalista, queremos parabenizar a Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro. Diaran, a nossa bancada, tenho certeza de que todos os vereadores, está sempre à disposição. Deputado, seja bem-vindo a esta Casa, todos vocês! Recebam da nossa bancada esse carinho. A importância que vocês têm na comunidade, isso não é de agora, faz muito tempo, a gente sente, é muito vibrante quando a comunidade se identifica, e o veículo de comunicação se identifica com aquela região, com aquela comunidade. Esse papel de vocês nenhuma rádio potente faz muitas vezes. A rádio potente dá informação geral, mas, com vocês, é localizada, é ali, dia a dia, momento a momento, hora a hora, minuto a minuto, tentando informar coisas boas, coisas que deem tranquilidade à sociedade. A tranquilidade é muito importante, e vocês têm esse elo de ligação constante com a comunidade. Meus parabéns, contem com a gente, estamos sempre à disposição. Um abraço a todos, obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Ver. Cecchim, presidindo os trabalhos; em nome da nossa bancada, quero cumprimentar o Ver. Alvoní por esta homenagem, a importância da rádio comunitária na sua localidade, aproximando a todos, mantendo as informações atuais. Quero cumprimentar o Sr. Diaran por estar aqui, trazendo os demais membros que participam desta comunidade. Os nossos cumprimentos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra.

Vereador Giovane Byl (PTB): Boa tarde, Presidente, nosso líder Cecchim; vou falar em nome da bancada do PTB. Quero saudar o deputado, seja bem-vindo a nossa Casa. Eu quero usar este período como liderança, em nome do Ver. Hamilton, em nome da Ver.^a Tanise Sabino, para parabenizar a Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, meus amigos, companheiros do Orçamento Participativo, Diaran, Ávila,

Dorneles, quero dizer da importância que esta rádio tem para a comunidade da Lomba do Pinheiro, para as comunidades de Porto Alegre. Eu tive muitas experiências, participei de muitos programas, muitos debates ali na rádio que agregaram muito para a comunidade e para mim, particularmente, porque foi um dos primeiros lugares onde em concedi uma entrevista que se tornou pública – isso muito marcante na minha trajetória. Quero ressaltar a importância, deputado – saúdo aqui o seu projeto –, das rádios comunitárias nas periferias, porque dá oportunidade e protagonismo para as pessoas que têm vontade de fazer, mas não têm capital, não têm infraestrutura para terem uma rádio dial, mas que, através do movimento comunitário, conseguem ser porta-vozes nas transmissões. Agora também as rádios *on-line* conseguem dar voz para aqueles que não são ouvidos e representam os muitos que são excluídos pela nossa sociedade. Parabéns, deputado, parabéns à Rádio Lomba do Pinheiro pelos 19 anos. E nos convidem para nós irmos lá prestigiar mais uma vez, agora, como vereador. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras; não poderia deixar de me associar a esta homenagem, proposta pelo colega Ver. Alvoní Medina, que homenageia o trabalho e a dedicação dos grandes amigos que atuam na Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro. Nós sabemos que o programa das rádios comunitárias é um programa que deu certo, mas nem todos os governos deram apoio à institucionalização desse extraordinário instrumento de comunicação. Trabalhar com as mídias regionais é algo muito especial, porque você está dialogando com o seu vizinho, o seu colega de bairro, de comunidade sobre os problemas do seu bairro. Nesse sentido, a interlocução e o fortalecimento das mídias regionais, para nós, são de extrema importância. Quero, em nome da nossa bancada, fazer uma saudação e demonstrar a nossa gratidão pelo trabalho de vocês. É algo a que nós temos que nos somar, nos unir, para que isso seja legalizado, institucionalizado, que não mais fique numa salinha, como disse o Ver. Alvoní Medina, mas que esses cidadãos e cidadãs que, muitas vezes, gratuitamente, gerenciam esse trabalho de comunicação possam se estabelecer de forma a se ampliar, cada vez mais, para o conjunto da nossa cidade. Muito obrigado, um forte abraço e um bom trabalho.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Kaká D'Ávila está com a palavra.

Vereador Kaká D'Ávila (PSDB): Queria, primeiramente, dar boa tarde a todos os que nos assistem, a todos os que estão aqui; mas, principalmente, falando na Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, é uma grande satisfação poder desejar muitos anos a mais de sucesso. É uma rádio que transmite a verdade, meus amigos Dorneles, Diaran... Diaran, que saudade, mano velho! O gabinete está à disposição, que a gente continue mantendo contato. Ficam aqui os meus parabéns, eu acredito que eu posso

estender em nome da bancada do PSDB, fico muito feliz com esta homenagem. Contem com o gabinete, e parabéns. A rádio comunitária é uma rádio que sempre mostra a verdade, não é editada e não mostra o que convém, mostra a realidade da comunidade mesmo. A gente apoia muito essas rádios comunitárias. Fica a minha saudação, parabéns!

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Ver. Cecchim, dirigindo os trabalhos, o nosso cumprimento. Quero, em nome da bancada do PCdoB, fazer uma referência às artes comunitárias. Enquanto presidenta da UAMPA, pude conhecer um pouco das rádios comunitárias da cidade. Naquele período, nós entendemos como é difícil manter uma rádio comunitária nos dias atuais. Nós vimos muitas rádios comunitárias fecharem suas portas – sabemos a importância que uma rádio comunitária tem na construção da identidade das suas comunidades e também da disseminação da boa informação. Quero, em nome da bancada do PCdoB, que recebam os nossos cumprimentos, e que esta Casa possa também auxiliar nesse processo de fortalecimento das rádios comunitárias. Infelizmente, se nós tivéssemos, Presidente Cecchim, as rádios comunitárias fortalecidas no período anterior, hoje, enfrentando esta pandemia, nós teríamos comunidades muito mais entendedoras do problema que a gente enfrenta. Recebam aqui os nossos cumprimentos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Vim saudar também a existência da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro. Já me fiz presente em alguns momentos lá na Lomba, que é uma comunidade pela qual eu tenho muito carinho: a minha mãe de santo, do Quilombo Família de Ouro, na parada 4; minha escola de samba, a agremiação Filhos de Maria, na parada 13; tenho bastante carinho também pelas agremiações, as outras escolas de samba que se localizam naquela região. Estamos sempre na luta, porque a gente conhece, de cor e salteado, os problemas da Lomba, de saneamento, de asfalto, de segurança, de acesso a políticas para a juventude, de emprego. A gente entende que uma rádio tem um potencial gigante de conseguir colocar os problemas da comunidade de uma forma que a comunidade acesse, de uma forma dialogada, transparente, fomentando o comércio local, fomentando a cultura local – a gente entende que as rádios têm esse potencial incrível. Contem com o nosso mandato, contem com o Coletivo Alicerce para construir sob essa perspectiva, para conseguir dar voz ao nosso povo que batalha, que está nesse sufoco da crise econômica, da crise pandêmica, mais uma crise estrutural, que é muito anterior a tudo isso que a gente está vivendo. Lomba, que é um bairro fruto de remoções urbanas, toda a nossa força a esse potencial que vocês estão protagonizando há tanto tempo lá na comunidade.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Muito obrigada, Ver. Cecchim, que está presidindo os trabalhos neste momento, quero te cumprimentar, cumprimentar todos os colegas, quem nos ouve e nos assiste pela TVCâmara, deputado Macedo, que está aqui, meus amigos da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro; eu fico muito tranquila em falar da Lomba do Pinheiro, porque eu não só passei por lá, mas eu comandeí a Lomba do Pinheiro na Brigada Militar. Tive o maior prazer de conhecer aquela comunidade, que muito precisa de proteção, que muito precisa da Brigada Militar. A gente vê que a rádio sempre foi muito parceira da Brigada Militar e vice-versa. Uma rádio que vem da população que mora na Lomba do Pinheiro, uma rádio que traz informações importantes, não distorce as notícias, e, mais do que isso, para mim é o mais valoroso, fala bem da Brigada militar, sabe que o trabalho dos nossos homens e mulheres, fardados, faz a diferença para aquela comunidade que por três anos e meio eu ajudei, através do 19º Batalhão, as Tropas do Leste. Vida longa à Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro, venham mais vezes aqui na Câmara de Vereadores e tenham a certeza de que o gabinete desta vereadora estará sempre falando muito bem em vocês. Muito obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Ilustre Presidente Cecchim, eu quero dizer que estou de casa, não tenho o nome dos nossos visitantes, mas quero cumprimentar todos vocês que comandam, que fazem a Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro – conheço e estive lá por diversas vezes –, deixar um abraço a todos e dizer da importância que tem a nossa Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, que informa em tempo presente, instantâneo, as notícias principais do nosso Estado, do nosso País, mas muito especificamente notícias que dizem respeito, que estão próximas ou no próprio bairro Lomba do Pinheiro. Portanto, parabéns a todos vocês, parabéns a nossa rádio, e dizer que nós estamos, na Câmara, também às ordens, sempre compreendendo a importância da Rádio da Lomba do Pinheiro no contexto da nossa cidade. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu gostaria de fazer um registro de homenagem à Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, conheço muito, principalmente através do Cléo, que me relata sempre, e tem um trabalho extraordinário em toda a região. Meus parabéns, muito obrigado, Presidente.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O deputado estadual Capitão Macedo está com a palavra.

SR. CAPITÃO MACEDO: Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Márcio; Exmo. Sr. Ver. Alvoni Medina, proponente desta homenagem, demais vereadores, vereadoras presentes, público que nos assiste, meu cumprimento especial à diretoria da rádio aqui presente e a todas as pessoas que fazem parte da história de 19 anos da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro. Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Democratização da Comunicação Comunitária no Estado, não poderia deixar de vir aqui para fazer a minha homenagem e manifestar o meu reconhecimento pelos serviços prestados pela emissora à comunidade da Lomba do Pinheiro, desde 1º de maio de 2002, quando a rádio foi fundada pelo Sr. Flávio Cassal, com o objetivo de oferecer um veículo de comunicação para os moradores do bairro. As rádios comunitárias são um instrumento de difusão da cultura, do debate social e político de valorização da pluralidade e do protagonismo dos cidadãos por meio das emissoras comunitárias. É possível a divulgação, o debate, o enriquecimento das práticas públicas exercidas nas comunidades, nas periferias abrangidas. Foi com o objetivo de propor um canal para o diálogo com todos os órgãos envolvidos e construir soluções que permitam o desenvolvimento da comunicação comunitária que instalei a Frente Parlamentar em Defesa da Democratização da Comunicação Comunitária na Assembleia Legislativa. Por fim, quero encerrar esse breve discurso desejando que a Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro continue exercendo esse papel tão importante de noticiar não apenas o que acontece no bairro, como também os problemas que afligem os moradores e a busca pelas devidas soluções. Parabéns à Radio Lomba do Pinheiro, aos voluntários, aos ouvintes e a todos que ajudaram a escrever essa linda história. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Diaran Laone Camargo da Silva está com a palavra.

SR. DIARAN LAONE CAMARGO DA SILVA: Boa tarde, Presidente, em seu nome e em nome do deputado cumprimento a todos da Mesa. Eu queria agradecer ao Ver. Medina por ter nos dado espaço nesta tribuna e queria dizer que eu estou muito feliz por estar aqui hoje, e não só por estar aqui, mas por representar a Rádio Lomba do Pinheiro. Em breve relato, eu nunca entendi nada de rádio, eu não sabia nem mexer em um botão; em agosto do ano passado eu caí de paraquedas lá na Rádio Lomba do Pinheiro para fazer uma pequena entrevista, e acabaram me convidando para fazer programação. E, através do Ávila, Dorneles e do nosso ilustre amigo que eu digo que é o meu professor, que me ensinou muito, o Paulo Silva, que eu acho que muitos aqui conhecem, faleceu ano passado, que me ensinou muito, e eu aprendi muito. Nós tínhamos e vamos manter esse trabalho de manter essa rádio viva.

Hoje nós temos três comunicadores, que são voluntários, nenhum ganha nada, ninguém ganha nada; a rádio, na verdade, não dá dinheiro, só dá prejuízo, mas, graças a Deus, aos nossos sócios culturais que a gente tem, aos nossos ouvintes, que eu aqui agradeço, a Dona Diná, que é uma ouvinte antiga nossa, a Dona Beate, a Rosa Maria, viúva do Paulo Silva, a Gilda, o nosso grande amigo Flávio Cassal, que é o fundador da rádio, a gente tem lutado muito. E eu venho aqui a esta tribuna pedir aos senhores vereadores, que se pudessem nos ajudar com alguma emenda ou qualquer coisa, para continuarmos mantendo essa rádio viva, porque ela não pode morrer. É uma rádio que é 100% legal, ela tem *outdoor* por dez anos, e a gente está lutando por isso. A gente tem uma despesa que a gente tem que buscar, às vezes a gente tira do próprio bolso. Muitos de vocês já estiveram na rádio, foram entrevistados por mim, foram entrevistados pelo Ávila, pelo Dorneles, e muitos de vocês também quero que estejam lá na rádio, para participar junto com a gente, para ser entrevistado. Então eu queria deixar aqui o meu grande abraço ao Medina, ao deputado Capitão Macedo, que está aqui presente, ao nosso grande mestre aqui que tem nos ajudado muito, ao Ávila King, ao nosso amigo Dorneles, que está aqui, que tem nos ajudado, e pedir para vocês, que se vocês quiserem ir à Rádio Lomba do Pinheiro, as portas estão abertas, seja qualquer tipo de informação. A Rádio Lomba do Pinheiro vai transmitir sempre a verdade, com honestidade, seja quem for, doa a quem doer. A Rádio da Lomba do Pinheiro, hoje, em média, atinge de 25 a 30 mil ouvintes ao mês, então, é muito gente que a gente alcança, não só dentro da Lomba, como fora; tem gente dos Estados Unidos, Bahia, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, todos eles nos ouvem. Quando a gente faz um programa no sábado, que é o Top Show Comunitária, comandado pelo Ávila King, que é o âncora, vocês precisam ver o que tem de gente que liga, o que tem de gente que escuta. Então eu deixo aqui, Presidente da Mesa, que também o senhor está convidado a ir à Rádio Lomba do Pinheiro e os demais vereadores. Queria aqui deixar uma salva de palmas a todos vocês, principalmente ao meu grande mestre, o Paulo Silva. Muito obrigado, se vocês puderem nos ajudar, com qualquer emenda, para a gente continuar mantendo essa rádio, a gente agradeço muito. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Parabenizamos, mais uma vez, a Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, pelo 19º aniversário. Agradecemos ao Diaran, presidente da rádio, em especial a presença do deputado Capitão Macedo. Convidamos a todos aqui, em conjunto com o nosso Ver. Alvoní, para que possamos fazer uma fotografia e fazer a entrega do diploma.

(Procede-se à entrega do diploma e ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h18min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h19min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu ouvi os vereadores reclamando da dificuldade de acesso a esta Casa. Eu cumpri meus 15 minutos, Ver. José Freitas, que vinha logo atrás de mim, como o Ver. Ramiro, e quero dizer que essas mesmas pessoas que estão ali fora, gritando para mim, particularmente, dizendo que eu sou um ex-sindicalista, alguma coisa assim, sindicalista de araque, alguma coisa assim, essas mesmas pessoas que estão ali fora gritando são as pessoas que não permitiram que os trabalhadores brasileiros estivessem hoje trabalhando 40 horas semanais. Sabem por quê? Porque eles são radicais demais, demais, são radicais ao extremo, de querer punir a senhora e o senhor, servidor público, principalmente o senhor aposentado, com alíquotas da Previdência. Os aposentados irão pagar em torno de 14%, 16%, e os trabalhadores da ativa em torno de 22, 24, 26 e 28%, não se sabe quanto, mas irão pagar, porque o radicalismo não permite que as coisas avancem, o radicalismo não permite que seja feita uma reforma da Previdência na cidade de Porto Alegre para virar padrão no Brasil inteiro. Esses mesmos que gritam aí fora, os mesmos que eu me dei ao trabalho de contar, são 32 representações ali fora, representando mais de 13 mil servidores municipais, esses mesmos que foram, na reforma trabalhista, nos acusar que nós queríamos fazer uma reforma, Ver. Idenir Cecchim, só que não negociaram, e a reforma está aí: não negociaram a redução da jornada de trabalho, e os trabalhadores não tiveram essa redução; não negociaram o fim do fator previdenciário, e os trabalhadores não tiveram a sua aposentadoria. Então, parem de radicalizar! E também tem partidos que continuam com aquele discurso arcaico! Então, se nós tivermos que votar as alíquotas nesta Casa, que eu acredito que o governo vai pedir urgência, nós temos pessoas que são responsáveis por isso, não seremos nós, que queremos melhorar a vida do povo, que vamos ser os responsáveis. Nós temos certeza e convicção que a reforma da Previdência era o que tinha de melhor para a cidade de Porto Alegre, para a sua população

Agora, Presidente Márcio Bins Ely e Ver. Mauro Zacher... V. Exa., Presidente, só chegou a esta presidência porque não dependeu do seu partido, porque todas as vezes que dependeu do seu partido, V. Exa. aí não pôde sentar – e eu estava lá. O Ver. Mauro Zacher sofreu uma CPI nesta Casa que acabou com a cassação dos seus direitos políticos por oito anos, que iniciou no seu partido. Então peço que V. Exas., que dizem que não vão poder votar a reforma da Previdência, porque o partido de vocês fechou questão, peçam para a Raquel Corleta Evangelista, da Carris, pedir demissão; a Renata Valmíria Klein Dias, da FASC, pedir demissão; a Bárbara Letícia Baumgarten, da SMAMUS, pedir demissão; o Thiago Pires Jardim de Oliveira, da Governança, pedir demissão; o Márcio André da Silva, da secretaria municipal de governo, pedir demissão – esses são cargos indicados pelo Ver. Márcio Bins Ely. E que o Jorge Luiz Rodrigo, da

SPM, o Thiago Barbosa, do DMAE, o Rodrigo Faria dos Reis, da SMDS, o Márcio dos Santos Barreto, da Governança, a Claudia Delzira, da Governança, o Clauber Douglas do Nascimento Mello, da SMAP, indicados pelo Mauro Zacher, peçam demissão também. Assim como o ex-vereador, um querido, um amigo, João Bosco Vaz, que hoje trabalha na Secretaria de Administração, e o Urbano Schimitt, que hoje é secretário-adjunto do Cezar Schirmer. Quem não é governo não é governo, quem não é governo que tenha a hombridade de sair do governo. Eu já tive essa postura duas vezes, com o Fortunati; quando diziam que eu tinha cargo no governo, Ver. Cecchim e Ver.^a Mônica, que são daquela época, eu provei que não tinha cargo nenhum e deixei o governo. E no governo do Marchezan, do qual fui líder por oito meses, depois saí e devolvi o cargo, e está lá à disposição de todos. Se é governo, é governo na boa situação e na ruim; se é oposição, é oposição sempre nos projetos bons e ruins. Então, Ver. Márcio Bins Ely e Ver. Mauro Zacher, que nos assiste em *home office*, V. Exas., todas vezes que dependeram do PDT, seus objetivos pessoais e políticos não foram atingidos; pelo contrário, quando dependeu do PDT, o Ver. Mauro Zacher pegou oito anos de inelegibilidade, e V. Exa., Ver. Márcio Bins Ely, virou Presidente pelo conjunto desta Casa. Então pensem na cidade de Porto Alegre e principalmente nos servidores, que terão que pagar uma alíquota muito maior em função da negativa de fazer a reforma da Previdência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Eu quero dizer que a chantagem em cima do servidor público não para, como se nós, aprovando a reforma da idade, não iríamos, ao longo de quatro anos, votar o aumento de alíquota. É uma falácia. Qual a garantia? Nenhuma. Então é muito fácil: aqueles que querem aumentar a idade e aumentar as alíquotas jogam agora com essa falácia de que eles serão obrigados. Eles devem estar doloridos! Fizeram adesivos, andam com adesivos para cima e para baixo aqui dentro, estão muito doloridos em ter que aumentar as alíquotas dos municípios, dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público de Porto Alegre. É assim que funciona a nossa lógica e o diálogo de faz de conta da Prefeitura.

E eu quero hoje falar mais uma vez sobre o caos e as ações criminosas que envolvem a nossa coleta de resíduos orgânicos de Porto Alegre, o lixo. Eu protocolei, aqui nesta Casa, um pedido de CPI, porque eu tenho provas, e boa parte dos vereadores e vereadoras também sabem disso, provas de casos graves de corrupção, envolvendo empresas que recolhem o nosso lixo orgânico. Hoje teve uma liminar que suspendeu então a decisão anterior, que permitia que a Prefeitura fizesse um novo contrato. A Kowal Engenharia Ambiental ajuizou judicialmente uma ação, uma liminar proibindo esse novo contrato – Kowal, ligada ao nosso conhecido vereador desta Casa, André

Carús. Então gostaria de saber, vereadores e vereadoras, qual o motivo de não assinarmos essa CPI? O PT, o PCdoB, o PSOL, os partidos da esquerda já assinaram, os dez vereadores e vereadoras dos partidos da esquerda já assinaram o pedido CPI. Onde estão aqueles que bradavam contra a corrupção? Onde estão se escondendo, neste momento, onde estão se escondendo os vereadores e vereadoras da segurança pública de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul? Qual é a vergonha de assinar uma CPI? O que impede de termos mais dois votos, pelo menos, para iniciarmos e instalarmos uma CPI nesta Casa? A população de Porto Alegre exige respostas, porque é do bolso do contribuinte que saem os valores que estão sendo desviados irregularmente por essa empresa. Eu fui à Delegacia de Combate à Corrupção, que faz parte da DEIC, da Polícia Civil, que tem provas contundentes do que está acontecendo na nossa capital! Vamos esperar o quê? Que a Polícia Civil diga "houve crime" e nós aqui nesta Casa silenciarmos? É importante que isso fique de lição, quando vierem falar de corrupção, de combate à corrupção, de que a esquerda é corrupta, de que os comunistas são corruptos, de que o Partido dos Trabalhadores está envolvido em corrupção. E agora que temos casos graves na nossa capital, ano após ano, de uma empresa que já processou inclusive vereadores desta Casa de forma imoral, vereadores que lutaram contra essa empresa, hoje estamos nos silenciando. Ninguém consegue entender como essa empresa está aí, renovando contratos, sendo que, quando fez o primeiro contrato, já tinha vários casos de corrupção. Então, se é para falar de corrupção, vamos falar sério.

Eu espero, para encerrar, que, no dia de hoje, a bancada governista do prefeito Sebastião Melo não retire o quórum, porque já vamos para quarta sessão sem votação, sem apresentação de projetos, gastando dinheiro público, como bem gosta de falar o Ver. Janta corretamente. Quanto custa cada dia de trabalho aqui na Câmara? E aí vamos continuar retirando o quórum, porque não temos como aprovar, e vamos para a quarta sessão? Eu espero que não.

E mais respeito aos servidores públicos, trabalhadores e trabalhadoras que estão se manifestando, que deveriam estar aqui dentro e estão lá na rua, e agora querem proibir até manifestação na calçada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, quero falar para vocês sobre um triste episódio que aconteceu neste fim de semana, quando um policial militar estava de folga e foi perseguido por seis pessoas que certamente não queriam fazer um carinho nele. Ele fugiu, ele correu, ele evitou o confronto, ele entrou numa pizzaria, depois se escondeu dentro do banheiro. Essas seis pessoas foram atrás dele, certamente essas seis pessoas não queriam dar um abraço e um beijo nele – ainda bem que está filmado: essas pessoas queriam fazer o mal, queriam retirar a arma dele. E ele agiu em legítima defesa, uma

legítima defesa clássica, e eu quero falar sobre isso, sobre a legítima defesa. Por óbvio, nós temos direitos fundamentais no art. 5º, direitos sociais no art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, e eu e eu quero falar sobre o direito da legítima defesa. Se cada um dos brasileiros tivesse acesso ao porte de arma, certamente nós teríamos um País mais seguro. Aí eu vou ouvir aqui: " Ver. Alexandre Bobadra, as pessoas têm que ter direito à moradia, à alimentação, ao trabalho, aos direitos fundamentais, eu concordo, mas as pessoas também têm que ter o direito à legítima defesa. Ainda bem que este cidadão, este pagador de imposto tinha uma arma e ele pode se defender, mas isso não acontece com milhares de pessoas todos os dias que têm as suas vidas ceifadas de forma violenta e injusta por pessoas que certamente não são do bem. E falo isso para os 36 vereadores, para os telespectadores da TVCâmara e também quero invocar todos os vereadores da segurança que, quando propuserem pautas aqui, sejam pautas positivas, pensando em um milhão e meio de pessoas que moram em Porto Alegre, não em pautas pirotécnicas ou aquelas para fazer o curso de ator do Wolf Maya ou da Rede Globo, mas pensando realmente em quem mora em Porto Alegre.

Eu voto os projetos, aqui independente do autor, independente do partido, quando são bons projetos. O que eu peço para os meus colegas é que me procure, que conversem comigo, eu não voto a cabresto e muito menos sou cabeça de lata de ninguém. Se tiverem um projeto bom, um projeto coeso, que vá ao encontro do interesse de um milhão e meio de pessoas que moram em Porto Alegre, certamente eu vou votar a favor. Mas não peçam a minha assinatura por vingança, para satisfazer um desejo pessoal ou para sacanear um colega, não faço isso e muito menos para sacanear o prefeito que faz um excelente trabalho, que acorda às 6h da manhã e vai dormir à meia noite. Ele conhece a cidade, foi vereador 12 anos aqui e vem fazendo um excelente trabalho. Nós temos que fazer uma CPI são dos cartazes que estão sendo colados por toda a cidade, sujando o Município de Porto Alegre, uma CPI das pichações, da depredação do patrimônio público de Porto Alegre, uma CPI do Centro Histórico que está abandonado. É sobre isso que nós temos que fazer CPI e não para chantagear alguém, para sacanear, para prejudicar ou para aparecer em cima das costas dos outros. E o pedido que eu faço aos senhores aqui: pensem em Porto Alegre! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Leonel Radde (PT): Sr. Presidente, só para informar que ninguém está chantageando e até, inclusive, seria muito válido colocar a pichação urbana nesta mesma CPI. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde aos colegas vereadores, às colegas vereadoras; boa tarde presidente. Primeiro, eu queria prestar, mais uma vez, aqui da tribuna a nossa solidariedade ao PDT, aos ataques que vem

sofrendo da base do governo. Nós sabemos que o projeto de reforma da Previdência é um projeto de ataque ao serviço público, ao serviço público que é oferecido, principalmente nas periferias, nas comunidades na cidade. Neste momento, nós sabemos que essa pressão, que essa forma baixa de ataque aos colegas é, infelizmente, a forma que a base do governo tem se posicionado aqui na Câmara de Vereadores. Eu queria dizer também que esta é a quarta sessão, a quarta sessão, Presidente, que esta Casa se coloca de joelhos, de joelhos ao Executivo. É inadmissível que nós não deliberamos neste momento, o momento de pandemia, o momento de enfrentamento de dificuldades na cidade. É a quarta sessão que a base do governo tira quórum, é a quarta que nós não discutimos projetos importantes para a cidade, projetos, inclusive, vindos do Executivo.

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Eu quero aqui garantir a minha fala, Ver. Idenir Cecchim, sempre respeitei as suas falas. Quero aqui garantir a minha boa utilização do plenário e desta tribuna porque eu acredito, e venho denunciar aqui, para que as pessoas que assistem a TVCâmara possam saber do que está acontecendo nesta Casa. Nós não sabemos hoje, neste momento, se nós vamos votar projetos importantes, porque isso depende dos 26, ou dos 24 vereadores que são da base do governo e que, inclusive, fazem discurso aqui de que a Câmara precisa trabalhar, mas são os mesmos que tiram o quórum quando o povo da cidade enfrenta o lixo.

Eu andei, Presidente, nesta cidade no final de semana, andei muito, e o que eu vi é que a falta da limpeza urbana ataca principalmente as periferias da cidade. Andei no Parcão, no bairro Moinhos de Vento também e não vi – olha a contradição, até parece que em determinados momentos nós vivemos em cidades diferentes – nenhum acúmulo de lixo, em compensação, andando nas periferias desta cidade, nós vivenciamos momentos muito difíceis dos moradores das comunidades que têm que conviver com o lixo, com rato, neste momento em que a pandemia não acabou, a população não se encontra vacinada. E, infelizmente, o prefeito está andando pela cidade nos lugares muito bonitos da cidade que eu acho que é também papel do Executivo, mas não poderia abandonar o povo da periferia que é esse que mais sofre e que tem sentido a pandemia e que tem sentido o impacto da economia e do negacionismo que finge que nada está acontecendo, que a cidade está toda reaberta. Em compensação, é ir para o Campo Novo e saber que às 7h da noite os trabalhadores e trabalhadoras não podem mais voltar. E eu posso trazer aqui, presidente, na próxima fala, os vários relatos que eu recebo das pessoas pelas redes sociais, que os ônibus, a partir das 7h da noite, não chegam mais nas comunidades. Falam de comércio aberto, porém não dão as condições necessárias para os trabalhadores chegarem no emprego, inclusive chegarem nas suas residências.

Então queria fazer esse registro que eu acho fundamental e importante para que esta Casa entenda o papel que cumpre na vida dos trabalhadores, das trabalhadoras, do povo que vivencia dias muito difíceis. Nós não podemos deixar que esta Casa fique

de joelhos ao Executivo, nós não podemos permitir que o ataque ao trabalho público e ao serviço público se mantenha vigente nesta Casa. A bancada do PCdoB se encontra aqui na resistência, porque sabe que, ao final das contas, o que vem acontecendo com todo esse discurso, inclusive a partir da base do governo, a distribuição das *fake news*, daquele “cardezinho” – gostam de falar de *card* – dizendo que a bancada de oposição quer uma alíquota de 22%, quando isso quem quer é a base do governo, quando essa proposta vem da base do governo. Nós não permitiremos que esse discursinho se dissemine na cidade, porque esses são também os que distribuem as *fake news* e os fazem discurso aqui na tribuna, mas que na vida real, na vida prática têm boa vida e não se encontram ao lado das pessoas que mais precisam.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Sr. Presidente, primeiro, discursinho não é uma palavra de quem está fazendo discursinho na nossa tribuna, eu gostaria que a vereadora dissesse, porque aqui todos os vereadores têm legitimidade de fazer discurso. E, segundo, eu gostaria de saber quem é da base do governo que lhe está atacando, atacando o PDT, isso é uma inverdade, nós somos todos aqui vereadores, temos a mesma legitimidade, ninguém faz ataque a ninguém porque não tem isso, cada um tem a sua liberdade de votação. Eu gostaria que a Ver.^a Bruna Rodrigues desse os nomes aos bois, ou até que o senhor pudesse nos dizer se está se sentido atacado, porque acho que não deu nenhuma procuração para a vereadora falar do PDT. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu vou iniciar reforçando o nosso Regimento, vir na tribuna e falar que retirada de quórum é ilegal é porque ainda a gente tem que dar um desconto porque são vereadores novos na Casa. Isso sempre acontece quando há necessidade de alguma negociação para tratar de projetos ou outros assuntos, existe aqui, existe em qualquer parlamento do Brasil. Então, que fique bem claro: retirada de quórum faz parte do Regimento.

E, segundo, concordar com o Ver. Claudio Janta, eu, quando não fiz parte do governo Fortunati, do governo Marchezan, eu fiquei sem cargo, eu me antecipei, porque isso faz parte da nossa formação. A base ajudou a eleger o governo, nós vamos apoiar, sim, o governo nos projetos, porque esse é um projeto de governo. A oposição existe para fazer as contestações, muitos projetos da oposição nós passamos, mas nós somos da base e não adianta crítica que nós não vamos mudar, esse foi o projeto que nós ajudamos a eleger este governo.

Falar sobre CPI, ora minha gente, eu passei 20 anos averiguando desvios administrativos, corruptos, corrupção e aqui eu vi várias CPIs. Quando eu vim para cá, eu disse que iria assinar todas as CPIs. Uma das CPIs mais importante, mais técnica, foi

o Ver. Mauro que presidiu e que me deu prazer de participar. Eu participei de uma como vereadora, no ano passado, que não deu em nada, foi uma enrolação, e essa enrolação está acontecendo lá em Brasília para criar fatos políticos, no ano que vem tem eleições. Então vamos criar, vamos denegrir, vamos acabar com aquele político que possa estar fazendo alguma coisa que é o governo Melo.

Vem falar de lixo! O prefeito, dando exemplo de conscientização com a primeira dama e sua equipe, juntando lixo atirado nas praças, pela falta de conscientização e até de educação de um povo que não adianta saber que tem os locais adequados. O lixo nem vamos falar, já aconteceu o cancelamento, os órgãos competentes de controle que não agiram – Ministério Público, Tribunal de Contas onde eu tenho muitos colegas – deixaram vir até agora, não podemos acusar só um governo. Onde estão os órgãos de controle que são pagos para isso? Para mim, está mais do que esclarecido, o andamento nos órgãos que deveriam ter agilizado essa questão, agora o governo cancelou o contrato dessa empresa. Então não venham falar em CPI que o governo não agiu, isso é politicagem, essa é a mais pura politicagem, já pensando no ano que vem, nas eleições do ano que vem. Vamos trabalhar; nós temos um ano a meio até as eleições, vamos parar com esses discursos de distorções de fatos aqui na tribuna para convencer os seus eleitores. Quem segue isso, não tem o meu acordo, não tem o meu aval. E nós temos, sim, que aprovar as reformas para reestruturar este Município, coisas que já deveriam ter sido feitas há muito tempo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Senhoras e senhores, eu tinha uma fala programada, mas em virtude da quantidade de baboseiras e desinformações que foram faladas aqui por alguns vereadores da Casa, eu sou obrigada a abrir mão do tema, no meu entender, mais relevante que eu vinha falar aqui para tratar e restabelecer parte da verdade. Então, quem está acostumado a ouvir discurso sabe que a esquerda tem como prática ou a desinformação ou algum nível de enganação sempre, faz parte da sua forma de agir. A jogadinha – vem falar em discursinho aqui, a gente tem que dizer jogadinha – de querer falar, como um dos representantes da esquerda veio aqui, um discurso sobre corrupção e tentar associar isso com o fato da nossa retirada legítima de quórum nas últimas duas sessões, como se isso tivesse qualquer coisa a ver com corrupção, é, no mínimo, irresponsável, mas, vindo de quem vem, não é a primeira nem será a última vez. A outra vem aqui e fala que os manifestantes que estão bloqueando a nossa entrada na Câmara de Vereadores são democráticos. Bem se vê qual o conceito de democracia que essa esquerda tem, é a democracia de Cuba, democracia da Venezuela, democracia da antiga Alemanha oriental, democracia da antiga União Soviética, é aquela democracia que vai para a porrada, que tem ideias diferentes de falar, que quer ir para o corpo a corpo, que acha que obstrução e impedimento de ir e vir

faz parte – isso é democracia da esquerda. Com certeza, não é a verdadeira democracia que todos nós defendemos; todos nós, tirando essa esquerda que insisto em lembrar sempre para vocês é a vanguarda do atraso e arrasta correntes, como um cadáver, por este País, fadada, a cada eleição, diminuir sua participação porque não engana mais a população brasileira.

Por fim, venho aqui dizer que a reforma da Previdência – insisto nessa ideia – que foi apresentada pelo governo Melo/Ricardo Gomes, era a melhor reforma para os servidores públicos, a melhor reforma do Brasil, e infelizmente, por motivos mesquinhos, não foi dado quórum para que votássemos, o que obriga, sim, e aí temos que dar nome aos bois, que a gente tenha que votar alíquota majorada de 22%, que vai incidir, inclusive, sobre os aposentados. Obriga, porque determinados vereadores não quiseram votar a melhor reforma da Previdência do Brasil para votar, sim, a alíquota, em que não precisamos dos votos desses vereadores. E assim a gente separa o joio do trigo nesta Casa, senhores, definindo, de uma vez por toda, quem é base e quem é oposição, porque nunca mais, depois desta, precisaremos de 24 votos para aprovar coisa alguma na Câmara de Vereadores, precisando apenas de 19 votos, singelos, que o nosso prefeito Melo, com certeza, tem. Ou seja, não adianta vir com choro, nem ranger de dentes, porque nós vamos aprovar o que tiver que ser feito para que Porto Alegre possa manter seus serviços em dia, para que Porto Alegre possa ter capina, possa ter asfalto, possa ter serviços básicos, possa atender a toda comunidade, não apenas os corporativistas e aqueles que parasitam o movimento sindical. Quem aqui não sabe da rixa pessoal que tem a Sra. Juliana Brizola com o prefeito Melo? Briga histórica! Por óbvio que ela não quer que este governo dê certo; por óbvio que ela não quer que a Prefeitura de Porto Alegre tenha sucesso. Então vamos deixar registrado aqui que isso não é pelo bem da população de Porto Alegre, isso é por motivos políticos mesquinhos, para servir ao ego de uma pessoa, em detrimento de toda a nossa cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Leonel Radde (PT): Bom, a Ver. Nádia tinha perguntado quem estava atacando o PDT, está dada a resposta. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Márcio, colegas vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, quero iniciar minha fala parabenizando nosso colega, Ver. Cassiá Carpes, que está de aniversário hoje, desejando saúde, paz, prosperidade, muita paciência para superar as demandas que são lançadas nesta Casa. Bem, no sábado agora, estive em visita, junto com o prefeito Sebastião Melo, à comunidade Campos do Cristal, na Zona Sul. Lá nós vimos necessidades das mais diversas; a comunidade precisa, sim, como tantas outras, de regularização fundiária, tem problemas com esgoto, com podas, com a falta de

pracinhas para as crianças, não tem lazer para as crianças, falta espaço para reciclagem. Assim como visitas que fizemos anteriormente, como no Irmãos Maristas, que é um projeto-piloto do prefeito, que vai trazer àquela comunidade que foi reassentada a creche comunitária, vai trazer muitas melhorias, posto de saúde e tudo mais. Estivemos, na sexta-feira, com o DEMHAB na Comunidade Nova Barreto – inclusive o Diaran estava aqui, foi homenageado por nós, da rádio comunitária, que também tem demandas antigas que precisam ser vistas; estivemos na Estrada do Rincão no mês passado, na Comunidade Vida Nova, onde também está sendo feita a regularização fundiária daquelas famílias, trazendo melhorias para aquela comunidade. Temos que visitar a Ponta Grossa e outras comunidades que precisam do nosso olhar também. A cidade clama por cuidados, mas não existe milagre.

E é aí que eu entro na pauta da reforma da Previdência. Só ouço falar que não é necessário fazer reforma da Previdência! Se não é necessário, por que foi feita em nível estadual e federal? Eu não sou a favor de retirada de direitos garantidos, mas os direitos devem ser para todos, para 1,5 milhão de habitantes, não somente para 30 mil servidores. Eu não sou contra; pelo contrário, sou a favor do servidor, mas nós temos que ter um equilíbrio na nossa fala. Trabalhei muito para construção da subemenda que foi apresentada, que trazia o equilíbrio entre o servidor, a reforma e o governo. Como alguns colegas não querem votar, infelizmente, porque seu partido determinou, não autorizou, infelizmente, vamos ter que votar as alíquotas. E isso é muito triste porque é muito mais prejudicial ao servidor do que a reforma equilibrada, que nós construímos juntos. A aprovação das alíquotas prejudica esses servidores, pois atinge, inclusive, os aposentados e pensionistas, como bem disse a Ver.^a Fernanda Barth. Só posso lamentar, porque o equilíbrio não saiu vitorioso neste PL, e, sim, as alíquotas e a retirada das emendas. Porto Alegre precisa de investimento, de melhorias – isso seria possível com a aprovação deste PL e com o equilíbrio que foi construído pelos vereadores. A grande maioria da população precisa de saneamento, precisa de regularização, precisa de políticas públicas. Trabalho diretamente nas comunidades, sei das necessidades dos mesmos – estes não estão preocupados com a reforma, estes talvez nem venham a se aposentar, infelizmente. Eu valorizo o trabalhador, sim; luto por muitas categorias, não só dos servidores; então, temos que pensar como um todo, precisamos olhar o todo; o todo precisa desta reforma, construída por todos. O prefeito Melo cedeu até onde pode; aliás, acho que ele cedeu além do que ele podia, mas, infelizmente, a reforma se perde por desejo de alguns. Parabéns, prefeito Melo, pelo trabalho que vem realizando junto às comunidades mais carentes, e eu sei do seu olhar para todos aqueles que precisam. Sigamos em frente. Muito obrigada

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Cláudia Araújo, gostaríamos de cumprimentar efusivamente nosso vereador aniversariante, o Ver. Cassiá Carpes.

A Ver. Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Muito obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores desta Casa, parabéns ao Ver. Cassiá pelo seu aniversário e nascimento de seu neto – que tenha muita felicidade e saúde. A teoria e a prática muitas vezes não casam para alguns vereadores desta Casa. É importante que a gente esteja sempre conectado com a realidade, conectado com a rua, porque não moramos em Marte, nós moramos em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil. Às vezes, o óbvio tem que ser dito.

Eu queria fazer alguns questionamentos para a oposição, para aqueles vereadores que querem votar não à reforma da Previdência. Um deles é se a previdência é superavitária, como preconizam alguns vereadores. Então, está tudo certo se o Executivo parar com os aportes à previdência, podendo, então, investir na cidade. Se algum vereador puder me responder isso, se o Executivo parar de fazer os aportes, está tudo certo na previdência – então não temos problema de fazer, podemos cancelar a reforma. É que, na verdade, é necessário, sim, fazer esse aporte de R\$ 3,5 milhões, subindo a cada mês, para a previdência poder pagar a integralidade daqueles funcionários que estão aposentados. É bom também que lembremos que quem governava Porto Alegre em 2001, quando foi criado o Previmpa, era o PT. Pois, incrível que pareça, muita gente esquece que o PT criou o Previmpa. No entanto, àquela época, não aportou os R\$ 3 bilhões necessários para sanar a previdência, e por quê? Porque gostou e ainda gosta de deixar batata quente para os outros, para que resolvam o problema, fazendo, realmente, uma politicagem barata. Outra coisa que é bom que possamos lembrar – aqui, às vezes, as pessoas têm uma amnésia seletiva – é que a reforma que retirou o direito da paridade e da integralidade do servidor público foi exatamente o ex-presidiário Lula em 2003, Partido dos Trabalhadores. Engraçado que as pessoas esquecem e vêm aqui falar falácias, mentiras, que fazem com que, de tanto apanharem essas mentiras, de tanto levar porrada, elas virem uma verdade gelatinosa, que não se sustenta na primeira conversa. Por que onde o PT governa, por exemplo, na Bahia, a reforma da Previdência é justa? Porque lá o governador é do PT, e aqui não é! E ainda é bom lembrar que a reforma da Bahia é uma reforma horrível para o funcionário público, muito desgraçada, mas aqui a reforma que o Executivo – Melo, Ricardo Gomes, todos nós da base – está tentando fazer para ser aprovada, para garantir a paridade, a integralidade do pagamento dos servidores na aposentadoria, aí não pode. Nós estamos falando de três coisas com a reforma da Previdência: justiça social, em que as pessoas não estejam desconectadas da realidade e entendam o que um servidor na área privada recebe e como vai se aposentar, e como um servidor municipal público vai se aposentar e o quanto vai receber. Nós estamos falando de sustentabilidade, estamos falando que, daqui a dez anos, queremos que os servidores continuem recebendo o seu salário, mesmo que aposentados, na integralidade, e, diga-se de passagem, na paridade, que muitos não sabem o que significa – quando alguém da ativa recebe aumento, o aposentado também. Para isso, nós precisamos aumentar o tempo de contribuição, nós

precisamos aumentar a idade para aposentadoria. Ninguém está tirando direito de ninguém aqui, bem antes pelo contrário, estamos garantindo que os aposentados continuem com seus direitos.

A terceira coisa que essa reforma da Previdência faz é investimentos para 1,5 milhão de pessoas, na área da saúde, na área da educação, da segurança pública, do saneamento básico, do lixo, de tantas outras coisas que são necessárias para Porto Alegre ser melhor. Para investimentos virem para Porto Alegre, porque qual é o empreendedor, Ver. Ramiro, que vai vir para uma cidade que deixa quase R\$ 4 bilhões do seu recurso para pagar funcionalismo, a partir do momento que seu orçamento é R\$ 7 bilhões? Não existe! Então, nós queremos uma cidade leve, uma cidade que, sim, precisa dos servidores públicos, porque tem muita gente que não vai atrás do Simpa. O Simpa não fala pela maioria dos seus servidores que estão de acordo com essa reforma, aliás o Simpa tem que se conectar com a realidade. Aliás, o PT, o SOL e o PCdoB têm que parar de ser o quanto pior, melhor. Nós queremos uma Porto Alegre para todos, e para todos significa justiça. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Jonas Reis (PT): Uma questão de ordem, Presidente. A Ver.^a Nádia, no início do seu discurso, falou que o governo pode deixar de recolher, de repassar ao Previmpa os recursos devidos mensalmente, isso é incitação, é improbidade administrativa. Duvido que o prefeito Sebastião faça isso, gera provas para o *impeachment*. Calote na previdência, não!

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, só uma questão de ordem. Um conjunto de vereadores – 19 vereadores – subscreve, eu aqui apenas o represento na leitura de um ofício endereçado à presidência da Casa, que está sendo protocolado por esses 19 vereadores. Pelo art. 20, inc. VI, do nosso Regimento Interno, considerando as reiteradas tentativas de obstrução e sucesso na obstrução ocasionada pelos manifestantes; considerando que a Romu respondeu, quando questionada, para diversas testemunhas, que não poderia fazer intervenção em virtude de inexistência de ata administrativa da presidência da Casa, a qual teria que requerer a sua atuação; considerando também que, na sessão de hoje, quando questionado pela negligência no manejo do grupo organizado ali na frente para garantir o acesso, a Mesa Diretora e a presidência ainda não garantiram e prometeram fazê-los em próximas ocasiões; considerando que houve questionamento por parte do Ver. Ramiro Rosário, às 14h33min, uma vez já iniciada, em primeira e segunda chamada, a sessão, que ainda não estava solucionado e que nós estaríamos averiguando e tomando medidas cabíveis, ou seja, justamente corroborando com a tese de que não há ação por parte da presidência da Câmara para resolver o problema de acesso, o que está incidindo em coação aos vereadores, atos de ofensas, ameaças, inclusive, perigo de agressão e violência; e considerando que todos nós não queremos que, justamente, tenha uma escala de tensões, nós informamos, então, e solicitamos, na pessoa do Presidente da

Câmara, a efetivação das medidas de segurança para garantir acesso aos vereadores à Câmara Municipal, sob pena das medidas administrativas e judiciais cabíveis. Informamos, através deste ofício, que estará sendo encaminhado ao Ministério Público cópia do presente ofício, para justamente poder averiguar eventual falta, por parte da presidência da Câmara, de ação, conforme prevê o nosso Regimento, para garantir o acesso dos parlamentares que estão tendo o seu direito de trabalho parlamentar garantido pela Câmara, ou seja, uma negligência justamente da atuação. É isso o que esses 19 vereadores que subscrevem – parte deles está aqui – pedem ao Sr. Presidente, que possa olhar para isso e nós evitemos maiores problemas e possamos trabalhar. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Sras. Vereadores e Srs. Vereadores, eu ouvi discursos de todos os quilates aqui – digo quilates porque todos os vereadores são brilhantes, Ver. Moisés. Eu sempre digo aqui que, por menos inteligente que possa parecer, é vereador de Porto Alegre, então, não vamos desmerecer nenhum, e nenhum discurso. Mas tem discursos equivocados, e aqui nós ouvimos muitos equivocados. Eu até entendo a juventude de alguns vereadores que também não se preocuparam muito com o Regimento da Casa. Por exemplo, Ver.^a Bruna, a retirada de quórum, isso faz parte do Regimento de todos os parlamentos de todo o mundo, então não é nenhum problema. E eu quero informar daqui, da tribuna, que essa desculpa de retirada de quórum, Ver.^a Comandante Nádia, não terá mais a partir de hoje. Nós queremos ver os vereadores aqui, da oposição, trabalhando até tarde, como eles querem. Já no início da Ordem do Dia, eu vou pedir a retirada de priorização do projeto da Previdência. A retirada de priorização! Não é adiamento! E nós vamos nos concentrar naquilo que o Executivo tem a obrigação de fazer, organizar as finanças do Município, e para isso nós vamos centrar toda a energia de cada um no projeto das alíquotas, infelizmente, para os servidores ativos e inativos da Prefeitura. Digo infelizmente porque é muito pior, infelizmente é muito pior do que os vereadores que não quiseram votar o projeto da Previdência, estão empurrando para alíquota de 22%, ou mais, o Ver. Janta tem uma emenda que aumenta para 28%. É lamentável, mas é isso, faz parte. Eu quero dizer – e me refiro ao Ver. Mauro Zacher e ao Ver. Márcio Bins Ely – que eu sei da disposição dos dois na reunião do partido, que eles queriam votar o projeto, mas, no partido, não foi o brizolismo que falou, foi o lupismo e o julianismo. Eu faço questão de separar aqui o lupismo e o julianismo, que foram os que impediram os seus vereadores de votar de acordo com a sua consciência. E nós respeitamos a decisão e respeitamos o futuro dos vereadores. Não será eu quem vai entrar para o PDT, que é um partido independente, um partido com história, mas volto a afirmar: não é o brizolismo que está fazendo isso, não é o brizolismo! O lupismo e o julianismo que fizeram essa barbaridade contra a cidade de Porto Alegre.

Também tem um ex-vereador na cidade que promete, promete, promete, pede emprego para um, para outro, para outro, e, na hora de votar, ele é contra a cidade – não vou dizer o nome dele, não me peçam isso! Nós temos responsabilidade aqui, nesta Casa, muita responsabilidade! Ver. Mauro Pinheiro, ser líder do governo não é uma tarefa fácil, não, Ver. Moisés, é uma tarefa difícil, mas nós temos uma base sólida aqui, Ver. Felipe Camozzato, base e independentes que pensam no futuro e pensam na cidade, que nos autorizam a fazer aquilo que tem que ser feito, aquilo que o Executivo tem que fazer para não prevaricar, para cuidar dos assuntos da cidade, do dia a dia, para cuidar daqueles que mais precisam, Ver.^a Bruna, e não é isso o que a senhora fala aqui, a senhora não sabe onde a Prefeitura cuida dos mais necessitados, parece que não sabe. Sabe, porque mora, e eu respeito muito a origem, Ver.^a Bruna, mas o prefeito Melo só o que tem feito nesses primeiros meses e na sua vida toda, na vida de vereador, e agora como prefeito, é cuidar das pessoas que mais precisam da Prefeitura, e é por isso que nós precisamos fazer essa reforma, que não deu para fazer por teimosia da oposição. Por teimosia da oposição, que são obrigados pelos sindicatos a votarem contra, obrigados! Os sindicatos ficam com a espada em cima para não votarem! Então, não votamos, vou pedir a retirada desse projeto e vamos nos concentrar.

Queridos vereadores e queridas vereadoras da base do governo, nós temos voto, nós temos atitude e nós temos amor pela cidade de Porto Alegre, vamos, todos juntos, fazer aquilo que nós temos que fazer, a população está esperando uma atitude, e nós teremos atitude. E a oposição, que não pode votar a Previdência, vai permitir, ou vai empurrar uma alíquota de 22% para ir contra os aposentados da Prefeitura e contra os ativos também. Lamentavelmente, a oposição vai pagar caro por isso, eu tenho certeza, eu vejo nas redes como está o funcionalismo público, eu vejo, principalmente os aposentados, eles estão indignados com isso e não vão perdoar tão cedo o que a oposição está fazendo em Porto Alegre. Por isso, continuamos firmes. Presidente, no início da Ordem do Dia, vou pedir a retirada, o prefeito Melo está pedindo a retirada de priorização do projeto da Previdência. E vamos continuar encaminhando o projeto das alíquotas para fazermos a audiência pública no dia 29, e logo, logo, votaremos esse projeto para o bem da cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde ao Presidente Márcio, a todas e todos os presentes, ao público que nos assiste pela TVCâmara e pelas redes sociais. Quero dialogar hoje sobre algumas questões importantíssimas que ocorrem na nossa cidade, em nome da bancada do PSOL, e que não fazem parte da preocupação da base governista, da maioria dos vereadores desta Casa. Aquela Porto Alegre que tem passado longe das políticas que o governo toma, e que nós somos conscientes, sim, porque a gente vive a realidade desta cidade, está se fazendo ouvir

através da luta social, de mobilizações, de greves. Basta irmos em frente à Prefeitura de Porto Alegre para entender a realidade dos moradores da Ilha do Pavão, que estão passando por aquela situação, e só produto da sua luta vão conseguir achar uma resolução para esse problema. São as pessoas em situação de rua que estão tendo os seus pertences removidos de maneira autoritária, desrespeitando uma lei que foi promulgada em nível nacional, que impede o poder público de fazer isso, e que foram à frente da Prefeitura também se mobilizar na última sexta-feira. São as trabalhadoras e os trabalhadores do Hospital Porto Alegre, que estão em greve neste momento – vejam só que situação absurda: enfermeiros e enfermeiras há três meses sem receber salário. Em meio à pandemia, nós temos uma situação como essa acontecendo, fruto dessas organizações sociais que não se preocupam em atender com qualidade a população de Porto Alegre. Neste momento, Ver. Leonel Radde, que é presidente, proponente da comissão em defesa dos trabalhadores da Procempa, temos uma greve na Procempa acontecendo, são cinco anos sem reposição salarial, os trabalhadores acumulam perdas de mais de 20% num contexto em que o gasto da Procempa com folha de pagamento diminuiu – hoje está cerca de 70%, vem diminuindo nos últimos anos. Mas não pode fazer um reajuste para os trabalhadores? São questões como essas que estão aparecendo.

De maneira mais visível para o conjunto da nossa população, a greve dos trabalhadores da coleta de lixo, que também é produto desse projeto de cidade onde terceirização é a regra, precarização dos serviços é a regra. E o que aconteceu lá? Não vi ninguém falando aqui nesta Câmara até o momento: bomba de gás lacrimogêneo, bala de borracha nos trabalhadores que estão há cinco anos trabalhando e não tiveram um ano as suas férias depositadas, que não recebem salário em dia – foi dessa forma que eles foram tratados na semana passada. Isso é situação de trabalho análogo à escravidão. Eu estive lá na frente da Belém Ambiental conversando com esses trabalhadores, uma boa parte deles trabalhadores imigrantes, homens negros, moradores de periferia sendo profundamente desrespeitados. Está equivocado isso, por isso que a proposta de criação de CPI é correta, é um problema recorrente. Esta é a Porto Alegre que não passa aqui nas discussões porque tem muito vereador que tem medo de povo organizado, tem medo de mobilização social, essa é a grande questão.

O projeto da Previdência não conseguiu os votos nesta Casa porque é um projeto ruim para a cidade, essa é a grande questão, é um projeto ruim, há outros caminhos para a gente melhorar a situação financeira do Município, tem todo um debate para fazer. Por que a gente não começa cortando os privilégios daqueles que são os mais ricos da nossa cidade, dos bancos que atuam aqui, dos devedores? Por que a gente não aplica, em Porto Alegre, de maneira exemplar para o restante do País, uma política de tributação progressiva? Nada disso passa na discussão, porque o centro é contra direito do trabalhador. Eu tenho certeza de que é esse o debate que motiva, neste momento, a posição do PDT, a posição de vereadores nesta Casa, porque a realidade do trabalhador na nossa cidade está muito difícil. Porto Alegre voltou a ser a capital com a cesta básica mais cara do Brasil, e as reformas são vendidas como falácia de que basta aprovar que vai melhorar a situação econômica; nós estamos vendo já há alguns anos que não é bem assim, bem pelo contrário. É por isso que esse projeto não conseguiu os votos nesta

Casa. Não adianta vir aqui fazer política com o método da faca no pescoço, fazer chantagem, não adianta, 22%, se for aprovado, é responsabilidade de quem vota, responsabilidade de quem propõe uma política draconiana como essa. Tenho certeza que não vai ser assim para aprovar porque o que vocês estão querendo fazer é um absurdo com o servidor público e com o serviço público prestado na nossa comunidade. E o povo está vendo, podem ter certeza, o povo está vendo. Essa responsabilidade é de vocês, nós temos outros caminhos para a cidade, e é isso o que a gente está construindo neste momento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; me sinto na obrigação de vir a esta tribuna dividir com vocês o nosso posicionamento – da bancada e do nosso partido –, talvez tenha sido uma das esperas que esta Casa tinha para que pudesse, então, o governo enfrentar a matéria que está priorizada aqui nesta Casa. É muito claro, talvez, mas com muito respeito que nós tivemos ao longo desse debate com os nossos servidores públicos, aliás, faço uma ressalva, depois de toda essa pandemia, o legado que fica para o País e para todos nós é a importância que o serviço público tem; se não fosse o serviço público, não conseguiríamos enfrentar, todos nós, servidores nos hospitais, a polícia que não parou, enfim tantos serviços públicos que atenderam a comunidade, enquanto muito de nós estávamos em casa nos preservando da Covid-19. Então, fica o registro aqui para que não haja confusão. Mas, da nossa parte, eu e o meu colega Márcio Bins Ely, queria deixar muito clara a posição, talvez alguns não conheçam, mas a nossa posição sempre foi dividir isso com vários colegas e dividir com todos os servidores públicos. Para nós, a premissa desse debate, primeiro que não se trata propriamente de uma reforma. A reforma já foi feita, é uma simetria de ajustes que está acontecendo no País todo, inclusive em capitais administradas pelo PDT, pelo PT, enfim, essa é uma simetria, a reforma da Previdência já foi feita, agora é o trabalho das Prefeituras que, equivocadamente, o Congresso não deixou realizado lá. Como premissa, estabeleci no debate da reforma, eu e o Márcio, que nós tínhamos entendimento de que a idade mínima é para todos, essa é a premissa do debate. E, basicamente, era isso que inicialmente o governo mandava para esta Casa. Pois bem, as entidades nos procuraram e vieram dialogar com o PDT, e nós entendemos que a colocação deles era realmente importante, de que questões como a transição, que está na PEC, como questões como paridade, integralidade, abono de permanência, e uma série de gatilhos importantes para que nós pudéssemos mitigar a reforma teriam que ser colocados na Lei Orgânica. Então, nós tínhamos o entendimento inicial, estabelecemos essa premissa de que a idade é para todos, não é um privilégio de um segmento ou de outro, e que nós teríamos que enfrentar. Então, com clareza, com muita transparência, quero aqui dividir com os

colegas vereadores de ambos os lados, esquerda, direita, enfim, os servidores que estão nos acompanhando, porque sabem muito bem da nossa posição.

A segunda questão é que o nosso partido, que tem votado contra as reformas – votou no Congresso, votou aqui na Assembleia –, então é um posicionamento político do PDT em relação a isso. Eu e o Márcio sabíamos que tínhamos pela frente, embora tínhamos as nossas convicções, neste momento, nós sabemos que enfrentar o partido, nosso partido se posicionou contrariamente, fomos contrariados em relação à nossa posição, à nossa intenção de poder construir, principalmente com as entidades, representar essas entidades e negociar fortemente com o governo para que nós pudéssemos, então, mitigar a reforma. Diante desse posicionamento, o governo rompe com o processo de negociação conosco. A apresentação da subemenda pela Cláudia, que, inclusive, subscrevi, teve no dia seguinte uma postagem nas entidades, vocês se recordam? Semana passada, as entidades botaram no jornal, Ver. Cecchim, uma matéria que era contrária à subemenda. Pois bem, o governo reabre a negociação e recebe um ofício, este vereador também recebe um ofício com quatro pontos em relação à reforma, três foram prontamente atendidos pelo governo. O Márcio, como Presidente desta Casa, inclusive agiu quase que pessoalmente, foi lá, negociou com o governo na tentativa de que nós pudéssemos mitigar e o governo aceitasse aquelas questões, e uma delas parcialmente, que foi atendida. Eu saí daquele encontro, na última quinta-feira, as entidades... (Problemas na conexão.) ...assinar, porque o governo estabelece um plano B que, ao meu ver, é muito pior para os servidores, que poderão ter que aumentar as suas alíquotas, terão que ter impactados os seus orçamentos pessoais, enfim, diante disso.

Então, deixo aqui a nossa posição, o nosso partido se define novamente contrariamente. É um posicionamento político do PDT, e nós estamos contrariados com a situação, mas iremos acatar, evidentemente, a decisão do partido, não temos aqui nenhum motivo, não temos o histórico de rompimento, o partido democraticamente decidiu por isso. Eu ainda espero, porque tenho conversado individualmente com muitos vereadores, que nós possamos ainda construir um caminho para que nós venhamos ainda, talvez, a mitigar um pouco mais, eu acho que ainda há margem para negociação; e, quem sabe, possamos aí fazer uma grande aprovação do projeto que trata da reforma da Previdência.

A segunda questão que queria ressaltar é o seu papel, Ver. Márcio, como Presidente. Vejo o Márcio ser atacado por alguns vereadores nesta tribuna, tem sido Presidente de todos, o governo não há o que reclamar da presidência do Márcio, há um espaço democrático. Já fui Presidente, não é fácil presidir a Casa em momentos como estamos aí, em pleno debate difícil de projetos, mas o Márcio merece o nosso reconhecimento, e queria dividir com vocês, ele tem sido um Presidente que tem atendido a todos. Pensei muito em vir a esta tribuna para responder aos colegas, sou um vereador de cinco mandatos, já me cansa esse debate onde se trata pessoalmente, vejo aqui juízo de valor de um e de outro, o debate é de ideias, nós podemos divergir tranquilamente, podemos convergir em outras tantas coisas. Acho até que estamos muitos mais próximos em relação ao entendimento da previdência e muito mais

distantes, inclusive da oposição e do governo, se formos analisar no bom diálogo, enfim.

Quero citar aqui que o Ver. Janta faz um ataque sobre este vereador. Quero aqui, para os vereadores que chegaram agora, que talvez tenham a disposição de me ouvir em relação a isso, tenho uma relação muito antiga com o Melo, foi vereador comigo, depois foi vice-prefeito do Fortunati, eu fui secretário, enfim, foi nosso candidato a prefeito com a Juliana de vice. Quando muitos vereadores naquele momento abandonaram o Melo, fiquei com ele, mesmo ele preferindo a Juliana como vice, eu não tive problema nenhum com isso, entrei na campanha no 1º turno, no 2º turno, tem muito vereador que está com o Melo hoje porque ele é governo, mas abandonou ele uma, duas... Aliás, Márcio, quero recordar, talvez a memória das pessoas vá passando com o tempo, recordo aqui que nós enfrentamos tantas coisas contra o Marchezan, gente, foi uma perseguição, uma relação dura com a Câmara de Vereadores, intransigente, uma relação difícil com vários segmentos da sociedade, aumentou o IPTU, estava lá o Melo na oposição e ligava para o Mauro dizendo que não podiam votar, tinha diálogo conosco. Eu entendo que o prefeito Melo, que tenho aqui as minhas coisas, poderia ressaltar em relação ao seu mandato como prefeito, coisas positivas, coisas que não acompanho. Eu e o Márcio não conseguimos, não acompanhamos todas as votações, mas teve conosco sempre um posicionamento muito particular, um posicionamento muito fraterno, muito franco, nunca nos exigiu qualquer tipo de posicionamento em relação a voto nenhum, Márcio. Mas quero deixar aqui muito claro. Então, o Ver. Janta vem aqui e faz acusações, traz nomes. Quero citar o seguinte, Cecchim, o secretário do Janta, o André Barbosa, aquele que estava acompanhando ele na Polícia Federal, naquela coisa que nem sei direito, vi a fotinho dele lá sentado na PF junto com o André Barbosa, secretário lá do Melo. O Bosco está lá, trocou um convite pessoal do Janta. Que bobagem é essa do Janta? Querendo me colocar em posição de que o Melo teria me condicionado...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tempo, vereador.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Já vou terminar, Márcio, tu és Presidente do meu partido, vais segurar esse tempo. É o seguinte, vai lá o Janta botar aqui na tribuna, como se não tivesse... Nós respeitamos o partido. Quero lembrar que o Janta, Cecchim, foi vereador da nossa bancada, era o mais infiel de todos, até que um dia o Fortunati mandou para fora todos os CCs dele, aí ele foi embora para o Solidariedade. Ele carrega essa mágoa, e o Márcio não perdoou ele aqui, o Márcio era o líder da bancada, botou todos os caras dele para rua. Então, ele carrega isso, ele foi líder do Marchezan, se recordam disso? Líder do Marchezan! Não durou seis meses, caiu. Marchezan mandou ele embora, mandou os CCs embora. Depois, ele terminou o mandato do Marchezan com o filho nomeado pelo Marchezan, mas não sabia que o filho estava nomeado, que é uma coisa pessoal? Janta, nos conhecemos há tanto tempo, não precisamos brigar, vamos discutir, tu tens as tuas convicções. Eu quero votar a reforma, eu acho que a reforma é a melhor coisa neste momento, é melhor do que o

plano B do governo. Vamos construir. Dessa maneira, encerro, dizendo que os cinco mandatos da gente vão nos deixando com a memória assim, a gente não esquece das coisas e do posicionamento de alguns vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

Vereador Claudio Janta (SD): Em primeiro lugar, o Ver. Mauro fez um Grande Expediente aí, espero que o senhor dê esse tempo para todos nós, membros desta Casa e líderes de partidos. Em segundo lugar, o Ver. Mauro fala que fui à Polícia, mas ele é um *expert* em Polícia. E, em terceiro lugar, não tive nenhum cargo no governo Fortunati, está lá à disposição. Quando saí da liderança do Marchezan, entreguei todos os meus cargos porque não concordava mais com o governo. O que estou cobrando é isso, que entreguem seus cargos. Agora estava com o Melo, o Melo não se elegeu. Eu estava com o Melo desde o 1º turno, antes, e o Melo se elegeu. Então a diferença está aí.

Vereador Jonas Reis (PT): Queria elogiar aqui o Ver. Mauro Zacher, que é um arquivo vivo desta Casa, mais de 10 anos num discurso tão rápido. Parabéns por lembrar a história desta Casa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Às vezes, a intervenção de um colega, após uma briga, após uma discussão, acaba amornando os ânimos. Não era minha intenção original, quando me inscrevi, mas acho que minha fala vai acabar servindo para isso. Estava agora conversando com o Ver. Giovane Byl, que é um representante ali da região da Av. Protásio Alves, Av. Manoel Elias, e uma das pautas que nos une é a questão da mobilidade entre a Zona Leste de Porto Alegre e a região mais central. Ele me testemunhou que aquela região é do interesse do mandato dele, e eu passei para ele aquilo que eu havia testemunhado para vocês aqui, há duas semanas, da minha construção com o Executivo de uma solução para a mobilidade pela Av. Protásio Alves, alternativa à duplicação do caminho do meio, duplicação da Av. Protásio Alves, porque nós entendemos que isso é uma demanda muito complexa, muito ampla, mas como envolve o governo do Estado e o governo federal, através de financiamento por programas de mobilidade, e as cidades de Viamão, Alvorada e Porto Alegre, nós fizemos uma sugestão mais simples para que se fizessem algumas saídas do tipo "à direita, siga livre", aumentando algumas pistas acessórias de modo a permitir que os veículos que se deslocam pela Av. Protásio Alves, entre a Av. Manoel Elias e as cidades de Viamão e Porto Alegre, possam se locomover ali sem ficar parados no semáforo, naquele gargalo da mobilidade que acontece todo dia de manhã e à tarde. Só

para explicar rapidamente para os senhores a ideia que foi apresentada para a EPTC à qual o Ver. Giovane Byl agora se soma e que nós vamos juntos fazer uma pauta lá na Prefeitura e também na EPTC para pressionar os técnicos para que eles apresentem o estudo de viabilidade dessa proposta seria levar para o caminho do meio, para a Av. Protásio Alves, entre a Av. Manoel Elias e as saídas de Viamão e Alvorada, saídas à direita, como acontece, por exemplo, na Rua Santana com a Av. Ipiranga. Quem está vindo da Zona Leste pela Av. Ipiranga, indo em direção ao Centro, quando chega na Rua Santana tem uma saída à direita que retira aqueles veículos que estão na via para poderem se posicionar à direita de modo a não fazerem obstáculos para os veículos que estão na Av. Ipiranga. Isso aconteceu em alguns outros locais também, como por exemplo, na própria Av. Manoel Elias com a Av. Protásio Alves, onde cerca de 100 metros ou 200 metros antes do entroncamento foi feita uma pista acessória à esquerda para que os veículos que vão fazer a conversão possam ficar esperando numa faixa de retenção que não faz obstáculo aos veículos que se deslocam em direção a Viamão ali naquele entroncamento. Então a nossa proposta, a partir de agora, é fazer com que existam pistas auxiliares nos principais pontos de gargalo daqueles trechos, que é uma alternativa à duplicação. Não estamos sendo contra uma futura duplicação porque entendemos que essa pode ser uma solução mais definitiva, mas como envolve valores muito elevados e como envolve a coordenação entre cidades, governo do Estado e governo federal, essa é alternativa de baixo impacto econômico, mas de grande impacto na mobilidade que nós estamos apresentando. Então a gente vai fazer essa sugestão que já foi apresentada pelo meu SEI para fazer essas pistas auxiliares, tanto ali quanto naquele entroncamento mais abaixo lá, onde inclusive o Giovane Byl conseguiu um semáforo através do Orçamento Participativo, se não me engano. Como é o nome do entroncamento? Ely Corrêa Prado, isso. Ali a duplicação daquele trecho de modo que os veículos possam fazer "à direita, siga livre", de modo a não causar obstáculos aos veículos que estão se deslocando, mais adiante na Av. Moema e mais adiante lá na Vila Augusta, à direita, e um pouco mais adiante no acesso a Alvorada. São sugestões de baixo custo, mas, por muitos anos, foi negligenciado isso pelo poder público, e nós agora com o mandato aqui na Câmara de Porto Alegre vamos tensionar a Prefeitura para que isso receba um aval dos órgãos de mobilidade e uma atenção da secretaria de Obras. Era essa a nossa proposta, minha e do Giovane Byl, preocupados com a questão da mobilidade na Zona Leste de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, colegas, lamentável a perda de tempo que a gente tem nesta Casa ouvindo algumas pérolas ditas aqui. Em primeiro lugar, o PSDB – e falo aqui usando o tempo de liderança, quero agradecer aos colegas vereadores Ramiro, Kaká e Gilson Padeiro – tem um

compromisso com a reforma da Previdência, porque é um projeto para a cidade. Tivemos que, inclusive, debater internamente, porque o modelo apresentado na gestão anterior era diferente do apresentado agora, mas é melhor ter a reforma aprovada do que não ter nenhuma reforma. Eu ouço aqui alguns que citaram, acho que para tentar nos demover, nos atingir, falando que o Melo estaria na oposição e que foi contra... Nós temos que pensar a cidade.

Quero deixar muito claro aqui que foram muito bem lembrados os posicionamentos. O PSDB perdeu a eleição para o atual prefeito Sebastião Melo, mas o PSDB não perderá a sua coerência. Engraçado que eu vejo partidos que perdem a coerência, e que, talvez, se estivessem à frente da Prefeitura, estariam agora discursando a favor da reforma, Ver.^a Cláudia. Eu lamento esse tipo de política.

Sobre o Simpa estar aqui no portão é a liberdade de o sindicato se manifestar, mas é lamentável que o direito de ir e vir, principalmente dos legisladores e das legisladoras, seja afetado por um sindicato que todos sabem que tem mais motivação partidária do que motivação de defesa dos servidores. Porque eu, até que provem o contrário, em todas as reuniões que participei no governo anterior e neste, era para ter ouvido intransigência e “não, não, não, não”. Porque, quanto pior, melhor para alimentar as disputas eleitorais. Lamento isso. Eu não vejo a autoria dos projetos, mas, sim, o que os projetos apresentam para a cidade.

Eu ouvi, Presidente Márcio, e lhe enviei uma mensagem, enquanto eu estava barrado no portão, algumas barbaridades ditas no microfone de alguns servidores. Eu entendo que estavam ali, certamente, mas eu não quero acreditar que eles tenham abandonado seus postos de trabalho aos quais foram concursados para isso para estarem aqui no portão. Tenho certeza de que não, tenho certeza de que estão em férias, no período de férias, Ver. Mauro Pinheiro, porque seria inconcebível os contribuintes pagarem os salários desses servidores para eles passarem o tempo inteiro impedindo os vereadores de adentrar no Legislativo Municipal com seus salários pagos pela população. Nós, população, que pagamos os tributos. Então eu tenho certeza, hoje vou ver as fotos e vou tentar ver ali, porque eu tenho certeza de que eles devem estar de férias ou em licença-prêmio, deve ser algo assim. Porque aquele que fez concurso para estar no posto de saúde tem que estar lá no posto de saúde atendendo a população; aqueles que são professores têm que estar cuidando da educação e não aqui impedindo outros trabalhadores de fazerem o seu trabalho, como nós, vereadores.

E aí eu sei que vou entrar numa bola dividida aqui, mas eu não posso deixar de falar sobre o uso da máscara, Ver. Byl. Eu quero deixar muito claro, fiquei muito feliz com o pronunciamento do governador Eduardo Leite quando disse que quem vê cara não vê coração, mas quem vê máscara vê coração. Eu tenho certeza absoluta de que todos aqui têm o entendimento da utilidade da máscara, todos aqui têm o entendimento de que vai chegar o momento em que nós poderemos flexibilizar, quando estivermos todos com imunidade – todos torcemos por isso. É lamentável que as pessoas façam discursos, sem a imunidade de rebanho, como se a gente pudesse não utilizar a máscara. Eu, todos sabem, tive a minha família impactada pela questão do vírus e não aceito, de nenhuma liderança política deste país, qualquer tipo de alusão,

atualmente, a não usar a máscara. Então quero deixar muito claro que eu não acredito que o Presidente da República, para dar nome aos bois, tenha feito isso por desinformação médica.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir, por favor.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Eu quero o mesmo tempo do Ver. Mauro Zacher aqui na tribuna, é o mesmo tempo que eu quero. Então quero deixar claro que, com todo o respeito, eu não acredito que o Presidente da República seja desinformado. Eu acredito que é uma estratégia, talvez, de comunicação para desviar a atenção de algumas outras coisas neste País. Porque eu quero dar um recado muito claro: o senhor serviu conosco, Ver. Mauro, somos da caserna, vamos parar de ser fanfarrão, porque isso é coisa de fanfarrão.

Para finalizar, quero parabenizar o Ver. Gilson Padeiro, que, recentemente, através do deputado federal Lucas Redecker, deu uma notícia muito boa no pacote de estruturação das vias de asfalto e estrutura da ligação pela extrema Zona Sul lá na 118. Ver. Gilson, parabéns pelo seu empenho por aquela importante demanda da Zona Sul de Porto Alegre para ligar a 118 e escoar tantas pessoas a terem acesso a Gravataí.

Sei, Presidente, que eu não usei o mesmo tempo do Ver. Mauro Zacher, fui mais econômico, mas quero deixar muito claro aqui ao PDT: eu respeito as decisões partidárias porque sou presidente do meu partido, mas quero deixar muito claro que, se passar aqui nesta Casa uma alíquota pesada, alíquota de 22%, atingindo os aposentados, é melhor vocês rediscutirem, porque o peso estará nas costas do PDT. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste, TVCâmara, eu passei a tarde inteira aqui prestando atenção nos discursos dos colegas vereadores. Em alguns, eu já tomei a decisão aqui: nas brigas que envolvem os vereadores do PDT ou ex-PDT, eu não vou me meter, até porque eu não sei como é que o Ver. Mauro Zacher ainda está no PDT. Eu estava aqui na Câmara, estou no meu quarto mandato, quando a então vereadora Juliana Brizola, na época, subiu aqui e desancou para cima do Ver. Mauro Zacher e fez uma CPI que o vereador responde até hoje judicialmente, já foi até condenado e espero que consiga se livrar das acusações que começaram aqui com a presidente do PDT. O Ver. Mauro Zacher também era candidato a vice-prefeito do Sebastião Melo, na época, e o PDT também não deixou. Então, Ver. Mauro Zacher, acho que está na hora de o senhor procurar um partido, parece que o PDT não gosta muito do senhor. Então eu acho que tem que tomar uma decisão. Estão sempre contra o Ver. Mauro Zacher, um bom vereador, conheço o Ver. Mauro Zacher há bastante tempo. Agora na briga dele

com o Janta eu não vou me meter porque são ex-colegas de partido, mas eu acho que eles têm que esclarecer as questões deles.

Vamos falar de CPI. Vejo o Ver. Leonel Radde chegando aqui na Casa cheio de vontade, lembro que quando cheguei aqui também quis fazer CPI, fiz a CPI, participamos aqui da CPI da Procempa, eu e a Ver.^a Lourdes, mas eu, para conseguir as assinaturas, ia até nas casas dos vereadores, com documentos, falava na tribuna, mostrava, dizia que queria por tal motivo, mostrava a prova. Eu falei muito, briguei muito para conseguir as 12 assinaturas. A Ver.^a Nádia veio aqui e disse que os vereadores estão se escondendo, que não querem assinar a CPI, mas, até agora, por exemplo, comigo ninguém falou, eu nem sei de que CPI se trata. Falaram com qual vereador e qual é a prova? O senhor diz que tem documento; o senhor, como policial civil, deve saber o que significa prova, então o senhor deve ter documentos que nos demonstrem o pedido da CPI.

Teve um outro vereador, na legislatura passada, que fez uma CPI que durou um ano inteiro – não é, Ver.^a Lourdes Sprenger? O Ver. Roberto Robaina fez uma CPI aqui que iria destruir com o governo, iria prender todo mundo. Mudaram até o Regimento da Câmara porque a CPI tem prazo determinado para terminar e a CPI dele começou e não terminou nunca mais. Mudou, gente que não era oposição virou oposição; no início, ele não tinha maioria, depois ele teve imensa maioria, a Câmara inteira era a favor da CPI. E eu estou aguardando os resultados da CPI do Ver. Roberto Robaina; quando chegar aqui o resultado, deve arrasar os quarteirões, porque até agora eu não vi nada ainda, eu vi o discurso de que iria prender todo o mundo, mas, até agora, a CPI do Ver. Roberto Robaina não pariu um ratinho, nem um ratinho apareceu, não saiu nada, ninguém sabe o que aconteceu com a CPI. Foi muito barulho e pouco resultado.

Então, quando a gente faz uma CPI, tem que ser coisa séria, não pode ficar aqui dizendo que tem documentos; se tem, tem que provar. Tenho certeza de que os vereadores, independentemente de situação ou oposição, quando comprovarem que há fatos, que estão aqui para trabalhar, vão lhe ajudar, Ver. Leonel Radde. Tomara que o senhor consiga demonstrar que realmente precisa, porque também ficar acusando, acusando, acusando sem ter elementos é difícil, aí ninguém vai assinar, o pessoal está cansado de mentira. Tem um pessoal aí que gosta de contar, de mentir, depois acontecem as coisas e dizem: “ah, pois é”. Então, vamos lá, vamos trabalhar, vamos mostrar documentos, vamos provar que realmente tem um porquê. Senta com o vereador, marca uma hora com o vereador. Eu fui até em casa de vereadores para explicar a CPI e buscar as assinaturas, mas deu resultado: pessoas foram presas, jogaram dinheiro pela janela. Então teve bastante resultado, mas tem que trabalhar, Ver. Leonel Radde, trabalhar bastante. O senhor é um vereador jovem, tem conhecimento, então traga documentos, demonstre aqui no plenário, converse com os vereadores, é o caminho. Uma das funções dos vereadores é fiscalizar; todos nós temos a obrigação de fiscalizar, e tenho certeza de que o senhor está no caminho correto de fiscalizar, até porque o senhor vem do Partido dos Trabalhadores. Eu fui do Partido dos Trabalhadores e saí porque eu não concordava com eles, eu não concordo com esse negócio, porque

teria também que fiscalizar o que foi feito pelo governo federal. E eu quero falar aqui, num próximo tempo, sobre a forma do capitalismo do PT, porque se diz socialista, mas toma atitudes capitalistas, é um capitalista do avesso, porque o governo Lula e o governo Dilma distribuíram recursos, dinheiro, bilhões, trilhões para os amigos. Esse é um tema que eu quero falar nas próximas vezes em que eu tiver oportunidade. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, é que o Ver. Mauro Pinheiro mencionou o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito que existiu na Câmara, foi uma comissão realmente com um trabalho muito difícil, foi boicotada. O chefe do boicote foi, inclusive, o Ver. Mauro Pinheiro, que tratou de fazer com que a CPI não tivesse resultado, mas, felizmente, a CPI conseguiu produzir resultados, porque o Ver. Mauro Pinheiro realmente usava uma maioria circunstancial que o prefeito Marchezan tinha na Câmara para boicotar; quando essa maioria se esfacelou, a CPI pôde trabalhar, produziu relatório com a votação de nove contra dois vereadores – o Ver. Mauro Pinheiro votou praticamente sozinho. Então eu só queria marcar isso. Politicamente, a CPI não tem objetivo político, mas a gente sabe que o prefeito do Sr. Mauro Pinheiro não chegou nem no 2º turno da eleição, não foi produto da CPI, mas o Mauro Pinheiro deveria refletir por que o prefeito não chegou. Uma das razões, certamente, foi que a Câmara de Vereadores, nesse caso, não se curvou ao governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, que conduz muito bem os trabalhos da sessão. Vereadores, vereadoras, nem sempre quando a história acontece, e nós estamos no meio dela, a gente percebe. Mas hoje é um dia histórico, uma sessão histórica, importante, porque, nesses primeiros cinco meses, quase seis, considerando o mês de junho, esta Casa Legislativa – isso acontece em alguns períodos – foi bem mais uma Casa homologatória, uma instância homologatória das vontades do Poder Executivo. Isso não é bom para a democracia. É fundamental, seja quem for o governo, que exista, no Poder Legislativo, exatamente a capacidade de fiscalizar e também de se contrapor, não é possível – possível é, tanto que acontece –, não é o ideal que uma casa legislativa, que um poder legislativo, que uma Câmara de Vereadores, uma Assembleia Legislativa, uma Câmara de Deputados seja só uma instância de homologação: o que o Executivo pensa, manda e se homologa. Não é possível, por mais que aconteça, não é aceitável. E hoje esta Casa está dando a demonstração de que, neste momento, contraria-se a vontade do Executivo. Contraria-se

porque essa vontade está errada, contraria-se porque o Poder Executivo quer buscar recursos exatamente do trabalhador, da trabalhadora, dos servidores que não são culpados das incompetências do Executivo em relação a isso, não é apenas isso. Mas digo mais, para além do aspecto histórico de se contrapor, e ser de fato uma Câmara Municipal e não uma instância homologatória meramente, o Executivo tem alternativas importantíssimas que não utiliza, e eu não sei a resposta, eu não sei por quê. Lá no início do ano 2000, eu era ex-vereador, não tinha concorrido em 2000, nem em 2004, e lembro que o presidente de uma comissão – eu acho que era da CEFOR – era o Sebastião Melo. Ele me chamou como autor da lei que acabou com a isenção do ISS para os bancos, e eu dei um depoimento oficial, está na Casa, de como deveria ser cobrado esse ISS e se eu achava – como diziam alguns vereadores, e ele achava que não – que Porto Alegre perderia a sede dos bancos por cobrar 5% de ISS. Na época, era Unibanco, Nacional, mas já tinha Bradesco, Santander, e os bancos oficiais também. Eu fui muito claro, e o então vereador Sebastião Melo, na época, concordou comigo. Mas eu quero saber agora, neste momento, o que houve. Por que esse tributo? A não ser que a lei tenha sido revogada e eu não saiba! Porque esse tributo, Ver. Márcio, geraria, nos valores de hoje, 5%, basta ver o lucro líquido dos bancos, basta ver o rendimento dos bancos, geraria mais de R\$ 1 bilhão ao ano para Porto Alegre. Mais de R\$ 1 bilhão ao ano! A lei foi revogada? Os autos de infração não estão acontecendo? O que há que os bancos não são cobrados? O que há que o Bradesco e esses grandes bancos, a força da Febraban, não contribuem mais para Porto Alegre se a isenção não existe? Tem três cidades em que não existe isenção, em todo o Brasil: Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte – Porto Alegre foi pioneira. Por que não cobram esse dinheiro? Aí está a fonte de renúncia. Como também eu me pergunto, o prefeito fala tanto, talvez com razão em parte, da falta de recurso para a nossa receita, mas manda para cá um projeto que é o Recupera Poa, que isenta do pagamento de multas e juros os pequenos, micros e médios empresários – nós estamos de acordo com isso –, mas também grandes e gigantes – estamos em desacordo –, não é possível. Então está aí a fonte de recursos, está aí o dinheiro que o Executivo precisa e merece. Nós temos acordo que isso seja cobrado, nós apoiaremos o prefeito em tudo o que ele fizer nesse sentido, mas não, há um núcleo duro que cerca o prefeito, do qual, aparentemente, ele é refém, não pode mexer com a iniciativa privada e com bancos da iniciativa privada. Então, não há recursos? Claro que há recursos, é evidente que há, tem de buscar, tem de ter auto de infração, cobrança, denúncia, implementar as multas talvez, mas tem que cobrar. Não é do servidor público, não é esse o culpado. E é muito chato que o governo municipal, como fez aqui o prefeito Melo, quando compareceu no seu segundo discurso – não no primeiro –, colocou a questão de elevação de alíquotas como uma verdadeira ameaça, é uma ameaça. Por isso, se tentar, não vai passar; por isso, se aprovar aqui, vai cair na justiça, porque não existe elevação de alíquota por vingança, não é necessidade, é vingança. É necessidade de retaliação, não é necessidade orçamentária, financeira, é de retaliação. E isso não só a Câmara não deve aceitar, a sociedade como um todo não aceita; e, na sua capacidade de organização institucional, como por exemplo, o Judiciário, jamais vai engolir que um projeto dessa natureza, de vingança contra o serviço público, de vingança contra o

servidor público possa ser aprovado, virar lei e viger em Porto Alegre, isso não vai acontecer. Isso é uma ameaça – concluo aqui e agradeço a benevolência, Presidente –, isso não vai acontecer, é uma retaliação. O que vai acontecer é a Câmara hoje mostrar a sua soberania defendendo o serviço público e os servidores que, lá na ponta, estão salvando vidas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, membros desta Casa, eu quero seguir falando sobre o que me foi proposto pelo Ver. Mauro Zacher que sobe à tribuna e, em vez de defender-se, tenta me acusar. Em vez de falar o que levou realmente o PDT, que perdeu a eleição no 1º e no 2º turnos, a estar hoje com o prefeito Melo. Eu gostaria que o vereador tivesse falado isso, porque nós não negamos nada durante toda a campanha. Eu estive na campanha com o Melo desde o 1º turno, bem antes disso, como o vereador fala em oposição, conversava muito com o Melo no seu escritório, e sempre questionando as necessidades da cidade de Porto Alegre. Necessidade essas que são o cumprimento da Lei Orgânica, que o Ver. Mauro Pinheiro, se eu não me engano, não conseguiu aprovar nos seus cinco mandatos, que é a escola em tempo integral. O Ver. Mauro Pinheiro disse que teve cinco mandatos nesta Casa e não conseguiu aprovar a escola em tempo integral, coisa que eu consegui alterando a Lei Orgânica do Município. É preciso recurso para implementar no restante das escolas que falta, não com extraturno, mas uma escola como está determinada no projeto, na lei, uma escola em que as crianças entram pela manhã e vão embora no final da tarde. Também é necessário recurso para abrir os postos de saúde até as 24h. Então, hoje, nós já temos em torno de 12, 13 postos que abrem até as 22h, ajudando a população de Porto Alegre. E é necessário recurso para abrir as farmácias distritais, um projeto meu que já está na pauta para ser aprovado. Há várias outras questões: mobilidade, asfalto, auxílio para a população nesse período de pandemia, vacinas. Para tudo precisa de dinheiro. Nós não queremos tirar dinheiro de ninguém, nós queremos fazer justiça em prol de 1,4 milhão pessoas que necessitam. Nós não queremos aumentar alíquota de previdência para aposentados, tanto que o prefeito – na última reunião que teve com as associações, em que o senhor estava presente, Ver. Márcio – assinou um documento que está chancelado por vários vereadores, que não teria proposta de alíquota na Câmara de Vereadores, durante o seu mandato. Então, não somos nós os culpados disso, não fomos nós que queríamos impor alíquotas e aumentar alíquotas. Nós temos um documento assinado, onde nós dissemos que isso não irá ocorrer se houver a reforma da Previdência com as emendas que foram feitas pelo governo, que cedeu em vários pontos, inclusive os que V. Exa. reivindicava. Então, não adianta ficar querendo me acusar de que eu tive cargo. Eu tive cargo e tenho cargo e, a partir do momento em que eu achar que o governo não condiz com o que prometeu nas

eleições... Eu quero dizer isto: eu saí do governo Fortunati pela porta da frente. Primeiro, isso está em tudo em que é lugar, na imprensa, no DOPA, eu não tinha CC nenhum no governo Fortunati, tanto que disse que o prefeito estava mal informado ou estavam enganando o prefeito, pois eu não tinha nenhum CC. No Marchezan, eu saí quando o prefeito mandou um projeto que ele não falou na campanha. Mandou projeto para a Câmara de Vereadores, inclusive com o aumento de imposto, com a retirada da segunda passagem. Eu peguei meu rumo; eu não sou apegado a cargo, estão me confundindo. Eu não entrei na política para cargo, eu entrei na política para melhorar a vida das pessoas. Nós só poderemos melhorar a vida das pessoas se nós tivermos recursos; nós só poderemos melhorar a vida das pessoas se nós tivermos as pessoas trabalhando. Nós não podemos perder um médico, nós não podemos perder um engenheiro, um advogado, um arquiteto, um enfermeiro, um professor que está, na sua vida útil, ajudando a cidade de Porto Alegre. Esse irá trabalhar na iniciativa privada, mas não quer trabalhar para o povo de Porto Alegre. Se eu estou mentindo, alguém me corrija, mas nós temos centenas de médicos trabalhando em seus consultórios, temos centenas de advogados trabalhando em seus escritórios, arquitetos, engenheiros, nós temos professores trabalhando em escolas particulares, nós temos enfermeiros trabalhando em hospitais e clínicas particulares, ou eu estou mentindo? Mas não, eles se aposentaram no Município e estão ativamente funcionando. Então, queria dizer isso. E quero lhe dizer, Ver. Mauro, que de questão de polícia quem entende muito bem é o senhor, desde o tempo da PUCRS. Desde o tempo da PUCRS, o senhor entende muito bem da questão da polícia, tanto que o senhor vai ficar oito anos inelegível, por questões que o próprio PDT causou para Vossa Excelência.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Utilizo este período para debater o que, sob o nosso ponto de vista, é um dos principais problemas hoje no Município de Porto Alegre: a luta por um transporte público de qualidade. Este período de Grande Expediente está dentro do contexto de votação do aumento da passagem de ônibus aqui em Porto Alegre. Amanhã, vai para o Conselho Municipal de Transporte Urbano – Comtu a proposta de aumento da passagem para R\$ 5,20 em Porto Alegre, que já é uma das capitais com maior preço tarifário para acessar um direito constitucional, que é o direito ao transporte. É importante a gente localizar o problema que é a crise do transporte coletivo na cidade que reduziu linhas e horários. Projetos virão para a Câmara de Vereadores para atacar ainda mais os direitos dos rodoviários, dos usuários. Esses projetos se encontram dentro de um momento que é a

crise do transporte anterior à pandemia. Há uma tentativa de se constituir uma narrativa de que o problema do transporte começou com a pandemia da Covid-19. Nós, vereadores, militantes dos movimentos sociais, usuários do transporte coletivo, temos o dever de retomar o debate e dizer que o problema do transporte coletivo da cidade é muito anterior. Nós somos a capital que passou quase 20 anos sem um processo licitatório; as empresas exploravam o serviço, não prestavam contas e a qualidade era péssima. Um dos motivos da luta que eclodiu aqui na nossa cidade, em 2013, organizada pelo Bloco de Luta em Defesa do Transporte Público, foi a abertura das contas das empresas e também o projeto de passe livre, que foi um desdobramento da ocupação que aconteceu aqui nesta Casa, na Câmara de Vereadores – a elaboração de um projeto de passe livre para beneficiar estudantes, trabalhadores desempregados e os povos originários. Importantíssimo! Desse processo de luta, em 2013, desdobraram-se audiências públicas para ouvir o que a população tinha a dizer em relação ao edital que seria constituído. De 2013 a 2015, ocorreram esses debates; e, em 2015, tivemos o primeiro processo de licitação da história de Porto Alegre. Importante salientar que, desde que houve a licitação do transporte coletivo, nem um dia sequer as empresas cumpriram aquilo que estava previsto no contrato. O contrato é público, as pessoas podem acessar, não é uma linguagem difícil, estão colocados lá todos os acúmulos que nós tivemos em relação à questão, a necessidade de a gente ter uma gestão pública, gerida pela EPTC, e que a gente conseguisse constituir um fundo municipal de mobilidade urbana. Isso está lá, está no edital. Estão no edital, também, diversas metas de qualidade que deveriam ser cumpridas por parte das empresas de ônibus. Essas metas, se não cumpridas, acarretariam em multas, essas multas seriam cobradas, e o dinheiro, o recurso seria destinado ao fundo municipal de mobilidade urbana para abater o aumento tarifário. Está lá no edital de 2015, e as empresas não cumpriram, não cumprem. O Ministério Público de Contas já foi informado, o Ministério Público já foi informado, o Marchezan foi informado ao longo da nossa legislatura. Ao prefeito Melo, na primeira reunião que fez com a bancada do PSOL, nós encaminhamos todas as representações, as denúncias e o parecer prévio, que já existe por parte do Tribunal de Contas do Estado, que apontava morosidade na gestão do Marchezan em fazer respeitar o edital e em fazer respeitar, também, leis municipais que regulam a questão da publicidade, que regulam a necessidade de um fundo municipal e de gestão pública.

Nós votamos aqui, nesta Câmara de Vereadores, um projeto que garantia a isenção de ISSQN e uma emenda que foi proposta pelo Ver. Janta, aprovada em 2016, que colocava a obrigatoriedade de constituir o fundo municipal. Mais uma lei que não é cumprida nesta cidade para beneficiar a lógica de superlucro das empresas. A tentativa do movimento social, dos trabalhadores, dos rodoviários em regulamentar a exploração do serviço de transporte público da cidade, com o edital de 2015, fracassou. Novamente, nós recebemos, por parte da atual gestão, do governo Melo, os mesmos pacotes que a população de Porto Alegre negou nas urnas no último pleito: retirada dos cobradores, possibilidade de privatização da Carris, critérios para acessar o meio passe estudantil, redução de linhas e de horários, aumento da passagem novamente com um preço acima da inflação. E nós não conseguimos pensar o que é estrutural hoje, é nítido

o acúmulo em relação a essas denúncias, que é a gestão e a máfia da Associação dos Transportadores “Privados”, que segue gerindo aquilo que é público, aquilo que é direito constitucional, desrespeitando diversas leis municipais e desrespeitando o edital de licitação de 2015. Sem a gente pensar na estrutura do nosso transporte coletivo, não tem por que a gente seguir dando subsídio, não tem por que a gente seguir acatando projetos antipovo, antitrabalhadores que vão seguir beneficiando o mesmo sistema que, sob o nosso ponto de vista, não garante transparência, não garante eficiência, não garante qualidade. Isso está provado. Na pandemia, as empresas, de forma unilateral, reduziram diversas linhas e horários, garantindo a superlotação do transporte, no momento em que o nosso povo mais precisava transitar num transporte de qualidade. Isso mostra o desrespeito, a lógica do lucro privado se impõe sobre aquilo que, para nós, é direito. Nós não temos que pensar o transporte da cidade para garantir o equilíbrio financeiro de empresas que não respeitam seus contratos com o Estado; nós temos que pensar o transporte público da cidade do ponto de vista do usuário. Como a gente qualifica? Como a gente garante ar-condicionado? Como a gente garante a acessibilidade? Como a gente retorna com os ônibus articuladores que foram extintos no início da pandemia? Até agora, a gente não conseguiu ter o retorno dessas linhas dentro das nossas comunidades para trazer as pessoas do miolo da comunidade, da periferia, para elas conseguirem se deslocar até o Centro. Tem pessoas que estão caminhando mais de um quilômetro por dia para conseguir acessar um transporte atrasado, sujo, quebrado e com uma passagem cara. Isso simplesmente é um roubo. Nós temos de questionar os conselheiros do Comtu. O conselho não é só para aumentar a passagem, o conselho tem que fiscalizar, o conselho tem que se apropriar dos documentos que foram apresentados.

Há uma semana, a Prefeitura publicou, no site da EPTC, os documentos que nós sempre questionamos: a auditoria que foi comprada pelo prefeito Marchezan. Uma auditoria de R\$ 350 mil para a Prefeitura saber quanto havia em caixa nas empresas privadas. Lá estão a auditoria, os contratos dos planos de saúde dos rodoviários, as justificativas da Associação de Transportadores “Privados” para aumentar o custo da tarifa. São documentos com mais de 2 mil páginas, eu tenho muita dúvida se os conselheiros do Comtu vão conseguir se apropriar de todos esses documentos até a votação, que ocorrerá no dia de amanhã. No ano de 2020, o nosso mandato levou todas essas denúncias para os conselheiros terem a opção de estarem informados de uma forma acessível e para se posicionarem, questionando aquilo que as empresas e a Prefeitura vinham apresentando no momento. Novamente, nós vamos levar esses questionamentos. E mais: todos os acordos que foram feitos, em setembro de 2020 e em janeiro deste ano, entre Justiça, Prefeitura e empresas de ônibus da cidade estão descumpridos. Houve um aporte de R\$ 39 milhões, no ano passado, para salvar as empresas da dita falência, tanto que a gente não tem acesso aos recursos da bilhetagem antecipada, a gente não tem acesso aos recursos da publicidade. Esses recursos foram aportados com uma série de metas – isso está dentro das cláusulas do contrato – e boa parte dessas cláusulas foi descumprida, como a data fixa para aumentar a passagem, o retorno das linhas e horários que foram extintos e excluídos, qualificação e projetos

estruturais, inclusive o mais importante deles, sob o nosso ponto de vista, que é a transferência da gestão da bilhetagem antecipada, da publicidade e das multas para a EPTC. Para nós, isso é fundamental, e estava previsto nesse acordo que foi feito e que garantiu o subsídio por parte da Prefeitura. Isso, novamente, foi descumprido, o que para nós é um escândalo, é uma vergonha. Isso mostra um grande pacto por parte de sucessivas gestões, de sucessivos governos de manter o esbulho, de manter a superexploração dos rodoviários que hoje estão trabalhando e recebendo 75% do seu salário para garantir a remuneração de capital, para garantir remuneração de serviço, o que nada mais é do que o lucro do empresário, que teve um crescimento de 70%, de acordo com a nossa análise das planilhas que nos foram apresentadas.

Nós não podemos mais permitir que, para meia dúzia de empresários viverem bem nessa crise, o nosso povo siga sendo transportado como bicho. Agora, recebi um vídeo do Morro da Cruz. As pessoas são transportadas como bicho em meio a uma pandemia e sem um retorno crítico por parte desta Câmara de Vereadores. Não dá mais para a gente seguir baixando a cabeça para os mandos e desmandos da Associação dos Transportadores “Privados”, temos que ter um posicionamento. Não é à toa que, amanhã de manhã, nós teremos, na CUTHAB, que é a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação desta Casa, uma reunião para debater o conteúdo dos documentos que foram apresentados para nós, e o Conselho Municipal de Transporte Urbano vai decidir o aumento ou não da passagem, logo na tarde.

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Sobre essa questão do transporte, que V. Exa. coloca muito bem, nós temos visto a Covid continuar se espalhando, as novas cepas. E esse transporte sucateado, superlotado contribui sobremaneira para isso. Quero convidar inclusive os vereadores para pegarem um ônibus, para verificarem, ali no terminal da Av. Borges de Medeiros ou na Av. Salgado Filho, no final do dia, é um horror, uma desumanidade. Principalmente as linhas do Lami, da Restinga, Ver. Idenir Cecchim, para essas regiões que são mais longe, muito tempo de exposição, são quase duas horas e as pessoas trocando o mesmo ar. Isso é ruim; muito ruim. Parabéns!

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu recebo, todos os dias, Ver. Idenir Cecchim, muitas mensagens pelas redes sociais. E eu recebi, nesta semana, na verdade, no final de semana, Ver.^a Karen Santos, muitas mensagens de trabalhadores de *shopping*. Esses trabalhadores que precisam sair todos os dias pela manhã e precisam voltar para casa todos os dias ao final da noite. E aqui eu quero ler a mensagem da Cláudia, que é trabalhadora do BarraShoppingSul. (Lê.): "Oi, Bruna. Tudo bem? Gostaria de fazer uma pergunta. O nosso prefeito abriu toda a cidade em meio à pandemia. Nós, trabalhadores dos *shoppings* de Porto Alegre não temos condução para ir trabalhar, e menos ainda para voltar para casa. Como fazemos para solicitar o transporte público nesses horários? Eu sou uma mulher, trabalhadora, que enfrento o perigo da noite, e que, todos os dias, preciso trabalhar o medo e enfrentá-lo, porque preciso garantir o sustento da minha

família." Esses são relatos, Ver. Idenir Cecchim e Ver.^a Karen Santos, de trabalhadores, esses que saem todos os dias, mulheres acima de tudo, que enfrentam o medo, que enfrentam as paradas de ônibus à noite e que muitas vezes não têm a condição de voltar para casa em segurança e com transporte público de qualidade. Nós precisamos refletir o transporte também a partir desses trabalhadores que garantem o comércio aberto, que colocam a sua vida à disposição. Por isso o transporte é muito relevante e importante. Muito obrigada pelo aparte, colega.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Complementando, então, esses relatos, acho que todos os vereadores desta Casa devem receber constantemente relatos assim. E a gente sempre aponta o pedido de providências, que a Carris assumas as linhas que foram extintas, a gente organiza abaixo-assinados, a gente leva para dentro da CUTHAB. Acho que uma das primeiras reuniões da CUTHAB que tivemos neste ano foi a volta dos articuladores da comunidade do Rincão. Só que é importante a gente conseguir colocar para a comunidade, para as pessoas que estão nos assistindo agora que a gente não vai conseguir qualificar essa precarização, que a gente não vai conseguir enfrentar essa precarização que está sendo colocada no nosso Município sem enfrentar a máfia da ATP. Sem gestão, sem dinheiro em caixa, em transparência, sem controle público, porque o Comtu é isso, é um conselho que diz "sim" ou "não". As pessoas não conseguem nem se apropriar daquilo que está colocado nas planilhas, nos relatórios que foram apresentados para nós. São questões escandalosas. A ATP, a Associação dos Transportadores Privados, justificando a gestão da bilhetagem antecipada com nota fiscal e multas de indivíduos da ATP que se utilizaram de carros individuais, e isso está colocado enquanto uma justificativa da gestão da bilhetagem. Então, são questões muito escandalosas. A gente precisa, com tempo, com calma, conseguir se apropriar daquilo que foi apresentado pelas empresas. Não é só ter acesso à auditoria para, de uma forma cartorial, dizer que nós recebemos a auditoria e bola para frente. Nós precisamos, com calma, e acho que a reunião da CUTHAB de amanhã vai servir para fazer esse movimento, distinguir, ali dentro, o que é custo da tarifa, o que é subsídio, o que é dívida que tem que ser cobrada. E, junto, vamos pensar alternativas estruturais para resolver a questão do transporte. Do nosso ponto de vista, gestão pública, fundo municipal, subsídio do governo federal – isso já foi aprovado no Congresso, o Bolsonaro vetou R\$ 8 bilhões de subsídio para o transporte –, fortalecer a Carris, encampar, através das frotas e das garagens, as dívidas que as empresas têm, auditoria das empresas, enfim, acúmulo nós temos em relação àquilo que a gente quer. Só que sem enfrentar a máfia da ATP vai ficar muito difícil. Então, é um convite para todos os vereadores se importarem um pouco mais com a situação do transporte da cidade. Não basta fazer abaixo-assinado lá na comunidade; tem que enfrentar os interesses dos tubarões desse negócio aqui em Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Cassiá Carpes (PP) (Requerimento): Presidente, eu quero suscitar que a Casa determine a presença constante aqui de um médico. Não tem um médico, aqui, agora. Isso não é bom para a Casa. Nós precisamos de um médico constantemente. Nós estamos em trabalho remoto, mas a maioria já está vindo à Casa. Funcionários trabalhando todos os dias e não tem um médico, neste momento, na Casa. Então, eu peço que tenhamos uma relação, são quatro médicos, se não me engano, e alguns até cedidos pela Prefeitura; eles precisam vir a esta Casa. Não pode, esta Casa, com pessoas que discutem, que ficam nervosas, que trazem problemas lá de fora, nós não termos médicos aqui. Isso não é bom para a Casa. Solicito com muita veemência, porque isso é sério. No mínimo, um tem que fazer plantão nos dias aqui, num revezamento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Cassiá. Realmente isso é um absurdo! É um absurdo ter três ou quatro médicos que dão expediente uma hora por semana. Obrigado pela sua sugestão. Todos os vereadores, tenho certeza, assinam embaixo.

A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde aos meus colegas, às minhas colegas, ao público que nos acompanha. Quero usar este tempo de Grande Expediente, primeiro, para fazer novamente aqui um agradecimento público à cidade de Porto Alegre, que me acolheu no final dos anos 1980, e às minhas covereadoras, pois faço parte de um mandato coletivo, infelizmente elas não podem estar no plenário, por conta da Covid, mas são quatro mulheres guerreiras que estão ali, nas suas comunidades, nos seus territórios fazendo a boa política neste momento de crise profunda do nosso País e da nossa cidade. Quero agradecer pelos 4.008 votos que nós recebemos e dizer que, neste período em que estamos aqui, estamos trabalhando para honrar os compromissos e honrar esses 4.008 votos, junto com a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores. Eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores em 1986 e quero dizer que tenho muito orgulho disso; eu ainda era uma juvenzinha. Tenho orgulho pela radicalidade, porque radicalidade alguns falam como se fosse algo ruim; mas radicalidade é ter posicionamento, e posicionamento você não muda por qualquer coisa.

Quero dizer que vou aproveitar, feitos esses agradecimentos, para usar desse tempo para falar um pouquinho mais sobre a reforma da Previdência. Por que vou falar da reforma da Previdência? Eu faço política porque acredito que o Estado é necessário, que os governos são necessários para garantir políticas públicas, para garantir a cidadania para aqueles que mais precisam, para todo e qualquer cidadão, mas, fundamentalmente, para aqueles que mais precisam do Estado. E não há política pública de qualidade sem servidor público de qualidade. Então, quando a gente criminaliza e pune o servidor público, você está defendendo, normalmente, aquela teoria do estado mínimo, que a economia dá conta de tudo, inclusive das profundas desigualdades sociais que este País vive. A economia de livre mercado poderia dar certo – eu não conheço nenhuma experiência que deu certo –, mas num país que tem uma trajetória,

uma história de quase quatro séculos de escravização, no país mais desigual do mundo, não vai ser uma economia de mercado que vai garantir direitos e garantir a vida das pessoas, dos cidadãos, especialmente neste momento de profunda crise sanitária. Eu ouvi, desde que assumi aqui, esse debate profundo, muitas vezes desqualificado, sobre a reforma da Previdência, e fui ver, fui pesquisar, a partir dos dados que estão colocados pelo próprio sistema do governo. Quero dizer, antes de apresentar esses dados, que fiquei muito orgulhosa – Presidente Cecchim, que preside esta sessão – do PDT, desse PDT que se apresentou aqui. Eu sou daquelas que milito na causa racial desde muito jovem, a minha consciência racial veio de dentro de casa. E o PDT é um partido que tem história nisso; o PDT foi o partido que primeiro elegeu governadores negros – Collares, aqui no Rio Grande do Sul, e Albuíno Azeredo, no Espírito Santo, no final dos anos 1980. O PDT tem os intelectuais negros lá dos anos 1980 que fizeram a diferença, como Abdias do Nascimento, quem não reverencia Abdias do Nascimento? Quem não reverencia Caó, que produziu as primeiras legislações antirracistas deste País? Quem não admira Lélia Gonzalez, intelectual negra feminista que denunciou racismo e genocídio das mulheres negras? É esse PDT que eu reverencio, que gosto e que admiro; o PDT ao Alceu Collares, o PDT do Brizola. E quero dizer que bom que a Juliana Brizola, que foi citada aqui, esteja na política; quiçá Juliana Brizola dê continuidade ao trabalhismo do Brizola. O Brizola foi um dos primeiros políticos, neste Brasil, a defender a pauta racial como um tema central para garantir a democracia neste País. Dito isso, quero dizer que olhando os dados, Ver. Idenir Cecchim e demais colegas, a gente vê que a Prefeitura de Porto Alegre, neste ano, num ano de pandemia, nesses primeiros cinco meses, teve um aumento de 5% na arrecadação maior do que o período do ano passado. São R\$ 199 milhões a mais do que no ano passado. Que crise é essa? Que crise é essa? Quero que apresentem que crise é essa! Quero dizer que a Prefeitura de Porto Alegre, neste ano, gastou R\$ 8,6 milhões a menos do que foi gasto no ano passado. O gasto com servidor público é decrescente. Então, que crise é essa? Que déficit é esse da Previdência? É decrescente por várias razões: primeiro, porque já houve aumento da alíquota de 11% para 14%; os trabalhadores municipais sofrem um arroxio salarial assustador: são cinco anos sem reposição, sem reajuste salarial. Quero dizer que pelos dados da Prefeitura, no balanço das finanças públicas da Prefeitura de Porto Alegre, o comprometimento da receita corrente líquida com despesas de pessoal vem decaindo de forma drástica, de forma drástica! A Lei de Responsabilidade Fiscal coloca o limite de 54%. A Prefeitura de Porto Alegre não gasta 41%. Aliás, ela gasta 41,81% do seu orçamento, não chega no limite, está longe do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses são dados para debater a real necessidade da reforma da Previdência.

Então, colegas vereadores e vereadoras e público que nos assiste, eu quero que nos apresentem dados que nos garantam, que demonstrem essa real crise. O orçamento do Município de Porto Alegre é superavitário, ele tem demonstrado isso, está lá nos dados da Prefeitura. Está no balanço de finanças públicas da Prefeitura que ele vem aumentando, aumentando, aumentou, inclusive, no meio de uma pandemia. Então, por que a reforma da Previdência, essa é a pergunta que se faz. A situação

previdenciária, tem sido dita aqui, a gente tem ouvido, tem propaganda nos meios de comunicação dizendo que o sistema da Previdência é deficitário. Já está comprovado, inclusive, nos dados que o governo manda, que é superavitário em R\$ 416,5 milhões. O que a Prefeitura tem é uma dívida com o sistema previdenciário lá de 2001, quando a Prefeitura fez a opção de pagar de forma parcelada. Então, a Prefeitura não pode querer jogar isso nas costas dos servidores que já pagaram a sua parte. Então nós precisamos, sim, discutir com seriedade onde que está essa crise. Então a reforma previdenciária é injustificável, não tem necessidade.

Eu, no mês de maio, requeri ao Presidente desta Casa que suspendesse a tramitação do PELO nº 002/21, porque a Prefeitura contratou uma auditoria externa para fazer uma auditoria sobre o cálculo atuarial, para saber, certamente, qual é a situação do Previmpa. Essa auditoria não funciona, não está funcionando, porque o Previmpa não passa os dados para a auditoria. E nós queremos, sim, discutir, discutir com seriedade, com dados sérios, com dados concretos e isso não está acontecendo. Essa reforma não está passando porque há muitas dúvidas em cima dela, existem muitas dúvidas que não batem, falta transparência. Nós queremos, sim, se voltar aqui esse debate, esse cálculo atuarial que diz exatamente qual é o impacto, inclusive, que vai dar o aumento de 7 anos de trabalho na vida das mulheres, das trabalhadoras, que impacto vai dar no caixa da Previdência, que o governo não apresentou isso. Por que são sete, e não cinco? Se evidente que se quer fazer caixa nas costas dos trabalhadores e, especialmente, das trabalhadoras que são quase 70% dos servidores deste Município, professoras, enfermeiras, técnicas. Então é esse povo que vai ser novamente massacrado. A Prefeitura tem que dizer como vai garantir o reajuste salarial dos seus servidores. Então falta transparência.

Para finalizar, eu quero dizer que eu tinha muita expectativa, tenho, com o governo Melo, porque quem passou pelo Marchezan, a cidade totalmente abandonada, tinha muita expectativa que a gente avançasse em algumas coisas. Por que massacrar os servidores públicos municipais? Garante tanta isenção de impostos para sonegadores, perdão de dívidas de sonegadores, são bilhões. Agora está tramitando, logo virá para este plenário para a gente votar, o Prometa, que é uma promessa de perdão de dívida de sonegadores, empresários, banqueiros pedindo para não pagar IPTU, tem cabimento isso? E aí, as mulheres trabalhadoras têm que ser penalizadas por mais sete anos de trabalho e sem aumento há cinco anos e pagando uma alíquota de 14% dos salários.

O governo, meus colegas vereadores que representam a base do governo, diz que, se esse projeto não for aprovado, vai ter que ter um aumento de alíquota para 22%, e que a responsabilidade é nossa, da oposição. Eu quero aqui provar aos meus colegas vereadores e para quem nos assiste que não precisa reforma da Previdência. Peço à liderança do governo conversar com seu governo e retirar de vez esse projeto, arquivar, esquecer esse projeto, porque o problema da cidade de Porto Alegre não é esse. Há pouco, a Ver.^a Karen trouxe toda situação do transporte público e como os empresários do transporte público privado estão tratando os cidadãos e as cidadãs desta cidade. O mesmo eu digo em relação ao Previmpa, à reforma previdenciária, nós não podemos mais tolerar que neste País se privilegie a economia, uma economia predadora,

porque, se é uma economia séria, ela tem responsabilidade social e responsabilidade com o coletivo em detrimento do serviço público de qualidade. O que nós vimos agora durante a pandemia o que prevaleceu foi o serviço público, foi o SUS, foi o SUAS. E onde o governo não garantiu segurança, IPIs no sistema de educação, Ver. Jonas, a gente vê esse caos, sobretudo, na nossa juventude, nas nossas crianças, então é a serviço público. A economia teve um papel importante, é a parte mais visível da sociedade, mas ela não está acima da vida das pessoas; ela não está acima das comunidades; não está acima da coletividade. Se formos debater a economia, vamos debater a economia de forma séria, séria, séria. Se querem debater economia socialista, aqui sempre se fala em socialismo, eu tenho a impressão que quem fala em socialismo, não sabe nem o que é. Nós vivemos num país capitalista. O PT ou qualquer outro partido não pode implementar o socialismo. É uma sociedade capitalista e nós trabalhamos encima do capitalismo que está colocado.

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, cumprimento pela sua fala em Grande Expediente, e quero dizer que dentro da sua fala a gente percebe que há dois medos do governo. Um medo é o medo da transparência, medo da auditoria no Previmpa; e o outro medo, é o medo de sentar com os trabalhadores, com os municipais, porque esses estão aí há muitos governos e sabem quem sucateou a máquina pública, sabem quem deve satisfações para o povo de Porto Alegre. Esse é o medo do governo. Parabéns pelo Grande Expediente.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Reginete, eu concordo integralmente com pronunciamento de V. Exa., belo discurso e conteúdo verdadeiro. E eu não poderia deixar de me manifestar, porque militei junto com Abdias do Nascimento, militei com o Caó, militei com Alceu Collares, e sei que em 1982, a política de Brizola, no Rio de Janeiro, no Brasil inteiro, era que nós prestigiássemos – eu trabalhei com ele lá nesta questão – as candidaturas dos povos originais, prestigiássemos as candidaturas do Movimento Negro. Tanto que o Rio de Janeiro elegeu naquele período, naquele ano, em 1982, o deputado federal Agnaldo Timóteo, o deputado federal Cacique Juruna e com o Caó, autor da Lei Caó, nós tivemos um grande trabalho de combate ao racismo anteriormente à Constituição Federal de 1988. Então, V. Exa., resgata a verdade, o primeiro prefeito negro de Porto Alegre foi Alceu Collares, o primeiro governador negro do Rio Grande do Sul foi Alceu Collares. Isso é importante, são debates sérios, necessários, e V. Exa. faz com muita propriedade, com muita veracidade. Parabéns, Ver.^a Reginete Bispo.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Reginete Bispo, em nome da bancada do PCdoB, a gente ficou muito feliz em ouvir a sua manifestação. Primeiro, fazer uma reverência a ti, que para a gente é uma grande inspiração, sendo a nossa mais velha aqui neste espaço. Mas trazer todo esse contexto histórico, de toda uma negritude que faz política pensando no coletivo, debatendo com a seriedade que é necessária, olhando com muita

responsabilidade para toda uma construção que sempre foi feita pelas nossas mãos, tu és parte significativa disso e para nós é muito importante. Essa reverência é mais a ti por ter citado Lélia Gonzalez, por ter citado Abdias do Nascimento, Alceu Collares, para nós é uma alegria enorme construir ao teu lado.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Finalizando, eu quero agradecer e dizer que, quando eu concorri, eu dizia que o nosso mandato seria um mandato por uma cidade antimachista e antirracista. Em nome disso, de uma cidade antimachista, eu quero dizer que esta reforma da Previdência não pode penalizar as mulheres que já são, historicamente, penalizadas. O aumento de sete anos de trabalho para as mulheres vai impactar, porque são as mulheres, mesmo as trabalhadoras municipais, têm salários menores que dos trabalhadores, têm, sim, um tempo de vida menor, embora as estatísticas digam, no seu tempo de vida útil, de vida produtiva, em decorrência das doenças que a gente vai acumulando ao longo da vida, pela dupla jornada de trabalho, pela superexploração. Então quanto à reforma, eu peço aqui para líder do governo, para o governo Melo, para arquivar esse processo, para arquivar. A alíquota de 22% não existe, não existe. Não existe a obrigatoriedade, em função da reforma de 2019, de implementar uma reforma aqui, os legisladores, com toda razão, não universalizaram isso para todos os municípios e estados porque cada município, cada estado tem a sua realidade. E os trabalhadores de Porto Alegre já construíram isso, já aumentaram a sua alíquota. Eu agradeço a oportunidade, e estamos aqui com o nosso mandato para lutar em defesa da coletividade, de uma economia que esteja profundamente vinculada com o desenvolvimento social e que respeite as diferenças e as necessidades do nosso povo. Ver. Idenir Cecchim, peço que converse com o nosso prefeito para retirar definitivamente esse projeto de reforma da Previdência. Uma boa tarde para todos e todas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração na ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial e Pauta. Após, retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 0339/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/21, que institui o Programa Municipal de Microcrédito, altera a Lei nº 12.744, de 6 de novembro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, altera a Lei nº 12.297, de 4 de setembro de 2017 que institui o Plano Plurianual 2018-2021. **(SEI 118.00112/2021-77)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra discutir a Pauta Especial.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadores e vereadoras, hoje transcorre a 4ª Sessão de Pauta do projeto do microcrédito do Executivo Municipal. É um projeto que eu já analisei e os prós e os contras, pedi informações ao governo, via de regra não recebo essas informações, mas as últimas que pedi, vou repetir, que são: qual a origem para financiamento do programa, que eu já disse que tem muitos pontos positivos, já salientei cada um deles, e também como se dará, Presidente Márcio Bins Ely, a seleção, como se dará a escolha de quem poderá ter acesso ao microcrédito? Eu, particularmente, entendo, até porque já vi esse tipo de projeto na prática, que ele pode ser muito importante do ponto de vista positivo para a sociedade, basta que exista e seja corretamente aplicado. Nós queremos que exista o microcrédito para o micro e para o pequeno em geral, ou seja, que o microempreendedor, o microempresário ou o pequeno empresário possa ter acesso a essa forma de financiamento na sua capacidade de produção, na sua capacidade de criação, mas indistintamente de questões partidárias, ideológicas, de amizades, enfim, que o microempreendedor, o pequeno empreendedor não precise ter um amigo vereador, um amigo deputado, conhecer o secretário fulano ou beltrano, ou ter ajudado o prefeito; por outro lado, se ele for contra qualquer ideia que se está colocando aqui, que ele não perca a oportunidade de ter o seu crédito aprovado por isso. Enfim, nós queremos uma isenção do ponto de vista de ânimos na escolha, uma isenção correta, honesta, séria e que possibilite, realmente, alavancar o desenvolvimento da cidade a partir do micro e do pequeno empreendedor que fazem, na realidade, a cidade andar. A imensa maioria dos projetos que dão emprego em Porto Alegre vem exatamente da micro e da pequena empresa. Isso no setor de varejo basicamente, e até mesmo no setor de atacado; no setor de varejo isso é regra, e quase todos estão com problemas financeiros sérios. O financiamento de juros baixos, está bem proposto isso no projeto, o projeto é bom nesse sentido, é algo que nos anima, é algo que mostra que a cidade pode se desenvolver a partir disso também. É uma ferramenta importante para o progresso de Porto Alegre. O que não pode haver – e é para isso que nós estamos atentos, é nossa obrigação, da oposição, fazer esse alerta de fiscalização – é qualquer tipo de discriminação na escolha na seleção ou de privilégio; pelo inverso dá no mesmo, ou privilégio ou discriminação. Nós não podemos aceitar nenhum dos dois, por isso essas questões têm que ser bem claras.

Finalizo, Presidente, agradecendo o espaço deste período de Pauta Especial, dizendo que aguardo a resolução desses dois pontos principais: qual é a origem de

financiamento do programa e qual será a forma de seleção, de escolha de quem será beneficiado por ele. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, venho até esta tribuna para tratar deste tema tão importante para o nosso povo. O nosso povo, nós sabemos, é um povo trabalhador, é um povo sofrido inclusive, porque o Município, assim como o Brasil inteiro, tem uma desigualdade enorme. Os trabalhadores, as trabalhadoras pagam muito imposto, pagam muito! Inclusive os microempreendedores deste Município, assim como os do Brasil todo, são onerados para que os poderosos possam ampliar as suas fortunas. Nós vimos, no último período do governo anterior, R\$ 39 milhões para meia dúzia de empresários do transporte público da capital, dinheiro público doado. Legalmente? Legalmente, mas é uma doação. E agora a gente percebe um movimento que se chama “concessão de microcrédito”. Mas qual é o papel real deste ente federado, Prefeitura de Porto Alegre? Qual é o papel dela de fato na melhoria das condições da roda da economia, que está ruim, há muito desemprego? Será que realmente, da forma como está colocado, os menores, os que quebraram – quais são os mecanismos? –, de fato vão ser apoiados pelo governo? Essa é a dúvida. Porque o projeto está muito genérico, ele vai do céu à terra e não identifica os sujeitos que vão ser, digamos, essa é a palavra, acudidos pelo estado. Também faço aqui uma crítica aos que tem o seu discurso neoliberal sempre na ponta da língua, sempre como o seu horizonte: quem vai salvar a economia sempre é o Estado, o Estado que é o pai de todos. Quando quebra a economia se recorre a quem? Ao Estado. Quando um banco quebra, a quem ele vai procurar? O Estado. E quem toma calote? É o cidadão que tem o seu direito cerceado. No último período fecharam onze postos de saúde, para quê? Para sobrar dinheiro na Prefeitura e, claro, poder dar os R\$ 39 milhões para os empresários do transporte – são escolhas políticas. Eu quero e espero que este projeto do microcrédito – este vereador que aqui está falando defende concessão de microcrédito, sim, na pandemia – seja para os pequenos, para os que não têm ferramentas para se manter ou reconstruir o que tinham. Eu estou falando aqui dos minimercados dos bairros populares, das padarias, porque o cidadão de Porto Alegre já não tem mais salário e, não tendo salário, quem mais sofre é o comércio local, porque essas pessoas que consumiam nos seus bairros, hoje já não consomem aquilo que era possível consumir antes. Por isso, com certeza, o microcrédito, prefeito Sebastião, é fundamental, porque eu acho que a Prefeitura tem que parar de se furtrar, como em muitos períodos se furto, de olhar a economia da capital, é 1,5 milhão de habitantes, fora os que vêm consumir na capital, porque ela é o centro da Região Metropolitana e ela tem capacidade de gerar riqueza e catapultar a economia de todos esses municípios da conturbação. Por isso, se esse microcrédito for conferido para as pessoas que talvez

não necessitem dele, o Estado vai estar falhando, porque ele tem que olhar sempre para os que mais precisam, então é fundamental que a gente atente para o seguinte: o dinheiro público não pode ser objeto de brincadeiras nem de concessões. Nós vimos o que aconteceu com o governo Marchezan, errou tanto que não conseguiu ir para o segundo turno, por errar drasticamente em todas as áreas, e é um erro coletivo, claro, de todos os que se somaram naquele grupo. O microcrédito, de fato, se bem utilizado como uma ferramenta, pode dar fôlego para as matrizes econômicas da nossa capital, que basicamente são os serviços e o comércio, que geram muito emprego, mas a gente perdeu muito. Eu tenho caminhado por várias zonas da cidade, não são só as zonas centrais, que é o que salta mais aos olhos, onde os carros transitam, nas grandes avenidas a gente vê portas fechadas, placas de “aluga-se” ou “vende-se”; nos bairros populares, só está se mantendo aberto aquele que tem sua própria sede, que não paga aluguel. Os que pagavam aluguel fecharam as portas. Como, no microcrédito – eu pergunto ao governo –, vão ficar esses que não conseguiram ficar, que tiveram que entregar, que ficaram quatro, cinco, seis meses achando que a pandemia se encerrava logo, mas o Bolsonaro queria prolongá-la e não encerrou, já estamos aí há um ano e meio; eles tinham fôlego, mas para cinco, seis meses, e eles conhecem o seu ofício, eles sabem, eles podem trabalhar naquele ofício. Então como o governo vai se colocar diante disso? Tem um estudo aprofundado de quais zonas da cidade? A concessão será apenas para algumas zonas? As pessoas vão participar de um edital público, como vai ser? Porque eu me preocupo com a igualdade desses recursos da Prefeitura na distribuição em todo o território. Quero lembrar aqui que, historicamente, Porto Alegre nunca se lembrou do Extremo-Sul, que é onde eu moro: a Av. Edgar Pires de Castro nunca foi duplicada, inclusive estão trocando o asfalto da Av. Juca Batista, que era um asfalto bom, e não estão colocando na Edgar Pires; não precisava trocar, e olha que eu sou usuário da Juca Batista, eu circulo lá e sei do que eu estou falando, não estou fazendo bravata, estou falando como alguém que circula há 24 anos na Juca Batista, é a forma que eu tenho de sair do Extremo-Sul e vir para a zona central.

Então essas escolhas políticas precisam olhar a descentralização dos recursos, por isso esses recursos do microcrédito fundamentalmente precisam olhar Porto Alegre como um todo. Morro da Cruz vai receber alguma coisa, e como vai receber? Vai ter quota por regiões, por bairros, por periferia, como vão analisar? Regiões com baixa renda *per capita* serão mais acudidas do que regiões com alta renda *per capita*? Porque eles também geram empregos locais, os minimercados, as padarias preferem contratar os moradores do entorno.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Jonas. Acompanho com atenção seu pronunciamento, é um tema que me interessa muito e o seu pronunciamento está muito correto. Eu tenho a mesma preocupação. Qual o ponto da escolha, qual o critério da escolha, como se dará a seleção dos projetos a serem contemplados? De fato, o microcrédito pode ser uma ferramenta poderosa de desenvolvimento, mas ele pode ser também uma ferramenta poderosa de discriminação; pode ser também uma ferramenta terrível para obtenção de

apoiadores ou compra de votos. É uma obrigação nossa pensarmos isso. Concluo agradecendo o aparte e o cumprimento pelo pronunciamento, e lhe digo que estou muito atento exatamente com esse aspecto, além de outro que já eu referi, a escolha, a seleção, quem será beneficiado e por quê. Parabéns, Ver. Jonas Reis, seu pronunciamento é excelente.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Jonas. Escutei também seu pronunciamento e gostei de uma série de partes, como aquela que tem que olhar para o 1,5 milhão de habitantes de Porto Alegre, mas o senhor pode ficar tranquilo, o próprio nome diz: microcrédito. Ele vai atender os micros, não vai ter grande empresário, é para mercadinho, fruteira, provavelmente, manicure, pedicure, até as pessoas que vendem água numa esquina e que precisam de um capital pequeninho; o microcrédito é para atender a essas pessoas. Eu agradeço a preocupação de V. Exa. e do Ver. Pedro Ruas sobre quem vai receber. Podem ficar tranquilos que isso será feito de uma forma muito transparente e quem vai ser atendido pelo microcrédito serão as pessoas que mais precisam. Obrigado pelo aparte.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Cecchim.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Jonas Reis, fizeste uma fala agora sobre ser morador do Extremo-Sul; eu também sou. Sobre a Av. Edgar Pires de Castro, uma informação: da igreja João Paulo II, no Lami, até a rótula da Restinga, a avenida está sendo recapada. Depois, está se trabalhando com os empresários da região a duplicação da Restinga até a Juca Batista, já houve várias reuniões, está tendo outra reunião nos próximos dias entre empresários da região e Prefeitura de Porto Alegre para tomar uma decisão para fazer a duplicação – informação para o senhor. Um grande abraço.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pelo aparte, Ver. Gilson. Continuando, Ver. Cecchim, é muito importante nesse sentido que possa vir aqui para a Casa uma explicação por escrito de como vai ser concedido, porque nós temos várias pessoas que exercem atividade de manicure e pedicure; quais serão os critérios, porque, provavelmente, todas da cidade estão mal, estão sem conseguir trabalhar. Esse é um dos exemplos. As intenções, sim, muitas vezes podem ser as melhores possíveis, mas talvez elas, na implementação, acabem esbarrando na burocratização e também naquela coisa antiga que a gente conhece na política, que quem tem boca vai a Roma, no caso, quem conhece as pessoas de alguns setores vai ter mais acesso do que outros. Então para a gente não incorrer nisso, acho que é fundamental especificar, até porque o dinheiro é de todas e de todos. Um grande abraço. Espero que nós esperamos tenhamos um trunfo real contra a desigualdade nesta cidade com o microcrédito, e não para o alargamento das desigualdades.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu achei que era sobre assuntos gerais, então não vim preparado para falar sobre microcrédito, mas eu sei que o microcrédito é importante para pequenos empreendedores. Foram bem colocadas as preocupações da oposição, também foi bem lembrado pelo líder do governo: vai atender todos os pequenos comerciantes e empresários que quiserem buscar esse financiamento para a retomada da economia.

Gostaria de lembrar que nós estamos agora passando pelo aumento da vacinação na população, cerca de 30% das pessoas já estão vacinadas com a primeira dose na cidade de Porto Alegre, e a expectativa é que a gente consiga ampliar isso. Inclusive, o governador falou que até outubro teremos praticamente toda a população acima de 18 anos que pretender se vacinar com essa disponibilização, então a expectativa é que a economia retome com muita força a partir do 2º semestre. Eu tenho certeza que esse microcrédito vai ajudar os pequenos empresários a fazerem o estoque, a fazerem a busca dos materiais que vão ser colocados dentro da ciranda da economia nos próximos meses. Inclusive, se não me engano, foi uma proposta da própria oposição, não oposição ao governo, mas de uma candidata derrotada nas eleições, e essa proposta foi absorvida, inclusive, pelos dois candidatos que foram para o 2º turno. Então está sendo cumprida aqui pelo Poder Executivo municipal essa ideia que tem por objetivo dar condições para que os pequenos empresários consigam se reestruturar após a crise econômica pela qual nós estamos terminando de passar.

Hoje vi uma matéria na internet falando que, provavelmente, o verão de 2021 vai ter uma alta demanda por hotéis, por serviços, por turismo, porque as pessoas acumularam, não digo recursos, mas expectativas ao longo desses últimos dois anos. Nós estamos carentes de atividade social, as pessoas estão buscando uma válvula de escape, tanto que, apesar de todas as recomendações pelo distanciamento social, nós observamos algumas atividades festivas acontecendo, inclusive de maneira não regular na cidade, como é a reclamação dos moradores do bairro Moinhos de Vento. Porque, apesar de não ter propaganda, apesar de não ter uma demonstração espontânea dos comércios solicitando a presença das pessoas, as pessoas estão demandando atividades de interação social. Então é evidente que, passada a preocupação com relação à questão da saúde, a economia vai voltar o mais vigorante possível. Então eu entendo a importância desse projeto, porque ele vai permitir que aquele pequeno empresário que, muitas vezes, chegou a quebrar tenha condições de reiniciar a sua vida econômica a partir da reestruturação do seu negócio. Da mesma maneira que esses negócios quebraram, o que foi um problema, é óbvio, isso também serviu para que muitos comércios se reinventassem; agora, tendo maior eficiência, maior capacidade, é provável que a gente consiga fazer uma retomada mais vigorosa da economia.

Gostaria até de lembrar uma frase bastante famosa, não sei se uma frase, mas um pensamento bastante recorrente no mundo empresarial: a crise é um problema, mas ela ajuda as empresas a se reinventarem. Todas aquelas empresas que vieram à

falência ou que diminuíram muito os seus quadros aumentaram em alguma medida a eficiência dos seus processos. Agora, todas essas empresas, com maior eficiência no processo e capitalizadas, vão ter condições de entregar um serviço mais econômico e mais eficiente para a população, o que acaba se revertendo também na melhoria dos preços, porque quanto mais fornecedores oferecerem um serviço, obviamente, mais o preço tende a cair; e talvez – e tomara – a pressão pela inflação diminua, porque, infelizmente, nós observamos nos últimos meses o aumento do custo de vida e do custo dos serviços em função da escassez dos prestadores. Presidente, era isso.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0056/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 001/21, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, que autoriza bares, restaurantes, confeitarias, lanchonetes e estabelecimentos similares a utilizar recuos e passeios públicos para colocação de mesas, cadeiras, amplificadores, caixas acústicas, alto-falantes ou outro tipo de aparelho de som, toldos, ombrelones, guarda-sóis e outros equipamentos similares móveis, revoga a Lei Complementar nº 415, de 7 de abril de 1998, – que dispõe sobre a permissão de uso de recuo e do passeio público, fronteiro a bares, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para colocação de toldos, mesas e cadeiras, e dá outras providências –, e dá outras providências. **Com Emenda nº 01, do Ver. Mauro Pinheiro. (SEI 212.00004/2021-81)**

PROC. Nº 0405/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 005/21, que inclui o § 3º no art. 3º e altera o *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 382, de 24 de julho de 1996, que regulamenta o art. 103, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. **(Audiência Pública) (SEI 118.00120/2021-13)**

PROC. Nº 0394/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 165/20, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, que institui a Política de Atenção à Oncologia Pediátrica no âmbito do Município de Porto Alegre. **(SEI 025.00056/2020-00)**

PROC. Nº 0145/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 041/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Largo General Geraldo Antônio Miotto a faixa de terra limítrofe entre as vias da Avenida Edvaldo Pereira Paiva, compreendida pelo trecho do Parque Marinha do Brasil onde atualmente está instalado o velódromo e a convergência das duas vias da mesma Avenida, localizada no Bairro Praia de Belas. (SEI 025.00022/2021-98)

PROC. Nº 0543/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/21, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina como Rua da Rocha, o logradouro público conhecido como Rua BC Dois Estrada São Francisco, Lomba do Pinheiro. (SEI 034.00200/2021-71)

PROC. Nº 0545/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 208/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Cambone no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 27 de maio. (SEI 024.00049/2021-81)

PROC. Nº 0536/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede o Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva à senhora Shana Müller. (SEI 035.00050/2021-03)

PROC. Nº 0540/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede a Comenda Porto do Sol à Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais – “Industria da Solidariedade”. (SEI 035.00052/2021-94)

PROC. Nº 0485/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 007/21, que revoga a Lei Complementar nº 589, de 19 de fevereiro de 2008. (Revogação decorrente da reestruturação do CACS-FUNDEB, de que trata o Proc. 0484/21, PLE 006/21) (SEI 118.00135/2021-81)

PROC. Nº 0009/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/20, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a associação Centro Comunitário Coinma. (SEI 037.00009/2020-46)

PROC. Nº 0308/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 124/20, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que denomina Rua Maria da Conceição Biermann o Acesso Coohipa – Jardim Sabara. (SEI 021.00134/2020-61)

PROC. Nº 0101/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/21, de autoria do Ver. Leonel Radde e da Ver^a Daiana Santos, que inclui a efeméride Dia da Visibilidade Trans no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de

Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 29 de janeiro. (SEI 208.00038/2021-80)

PROC. Nº 0146//21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 042/21, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que denomina Rua Zenem Antônio Ruas o logradouro cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil, Cento e Quarenta e Cinco, localizado no Bairro Campo Novo. (SEI 042.00014/2021-24)

PROC. Nº 0340/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 125/21, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que inclui a efeméride Dia do Profissional da Saúde no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de abril. (SEI 215.00043/2021-85)

PROC. Nº 0366/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 140/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rótula Fernando Affonso Gay da Fonseca o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Cinco Mil, Cento e Trinta e Seis, localizado no Bairro Ipanema. (SEI 138.00011/2021-86)

PROC. Nº 0370/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 141/21, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Elásio Branco Rocha o logradouro público não cadastrado, conhecido como Travessa E - Chácara do Banco, localizado no Bairro Restinga. (SEI 165.00039/2021-96)

PROC. Nº 0483/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 184/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que denomina Rua Ilza Nunes Corrêa o logradouro não cadastrado, conhecido como Acesso Q1 – Quinta Unidade -Bairro Restinga - Porto Alegre. (SEI 208.00143/2021-19)

PROC. Nº 0484/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 006/21, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-FUNDEB) de Porto Alegre, em conformidade com o art. 212-A da Constituição Federal, na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e regulamentado pelo Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021. (SEI 118.00134/2021-37)

PROC. Nº 0388/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 150/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Semana em Defesa dos Direitos dos Autistas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira semana do mês de abril. (SEI 024.00035/2021-68)

PROC. Nº 0493/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 188/21, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua José Joaquim Cesar Pimentel, logradouro público conhecido como Rua N Vila São Judas Tadeu, Bairro Partenon. (SEI 034.00149/2021-06)

PROC. Nº 0497/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 191/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Semana das Práticas Integrativas e Complementares no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira semana do mês de outubro. (SEI 024.00040/2021-71)

PROC. Nº 0498/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 192/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que denomina Rua Emidio Perondi o logradouro público conhecido como Rua Três Mil Setecentos Noventa Oito localizado no Bairro Mário Quintana. (SEI 023.00008/2021-96)

PROC. Nº 0532/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 008/21, que altera o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.677 de 24 de janeiro de 2020, autorizando a prorrogação dos contratos de professores temporários iniciados no ano de 2019 em razão do período de calamidade pública. (SEI 118.00158/2021-96)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, venho a esta tribuna para debater a Pauta. Hoje quero focar aqui num tema muito importante para toda a cidade. Todos aqui passaram por uma escola, todos os vereadores, assessores, enfim, acho que quase todos os cidadãos de Porto Alegre conseguiram passar por dentro de uma escola; só que muitos aqui que já têm mais de 50 anos, mais de 60 anos talvez não tenham passado por uma escola realmente democratizada, realmente para todas e para todos. Hoje, nós temos o ensino fundamental democratizado no acesso, quer dizer, quem quer se matricular consegue se matricular – isso não necessariamente significa concluir o ensino fundamental. A lei do Fundeb é importantíssima, lei municipal, a gente precisa regulamentar algumas coisas que não estão alinhadas com a legislação nacional. Então eu acho que esse projeto é fundamental, porque, sem financiamento, muito se discutiu a educação neste Brasil, sem garantir uma fonte real de financiamento. Na década de 1990, foi criado o Fundef, que era o fundo de financiamento do ensino fundamental apenas. Na primeira década do século XXI, se conseguiu o Fundeb que pega educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Isso é fundamental, porque aí nós estamos tratando de um conceito em que o Brasil conseguiu avançar, que é financiar a educação com fonte real – dos quatro ou cinco anos até os dezessete.

Nós, que conhecemos a educação, sabemos como é difícil para uma escola em que faltava giz, uma escola em que faltava caderno, uma escola que não tinha merenda, uma escola que não tinha transporte, uma escola que não tinha condições reais, e essa escola foi avançando com muita luta do povo brasileiro, do campo da educação, da cidade e da zona rural, e nós chegamos ao Fundeb – eu até considero um avanço a nova aprovação no Congresso Nacional. Nós, em Porto Alegre, precisamos regularizar essa situação, por isso esse projeto de lei, com certeza, vai contar com o meu apoio, porque eu sou professor, sou servidor público e, mais do que isso, tive acesso a uma escola pública de qualidade, estudei desde 1996 até 2002 em escola municipal, depois na escola estadual de ensino médio, na EMEF Prof. Anísio Teixeira, um grande abraço a todos os colegas, aos ex-colegas e aos colegas professores, porque também lá pude dar aula.

Nós, conhecendo a realidade da escola pública, sabemos que sem financiamento ela não existe. Por isso, inclusive, o governo federal deveria ser o ente, a União, a aportar maior quantidade de recursos, o que ainda não é uma realidade. Nós não pararemos, não sossegaremos até que esse ente mais rico da nossa Federação possa, de fato, cumprir o seu papel, que não é só agenciar os impostos da Nação, mas distribuí-los de forma igual. Aqui em Porto Alegre nós temos 99 escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, formação técnica e, para que elas continuem funcionando como funcionam e possam também aperfeiçoar a sua relação com a cidadania e a qualidade da educação que elas oferecem – e eu envio aqui um abraço a todas as comunidades escolares de Porto Alegre –, é preciso que esta Casa seja rápida, seja célere em aprovar este projeto de lei que é fundamental. Eu reitero: o financiamento da educação deveria ser uma pauta de debate permanente – permanente! – em todos os parlamentos, porque é pela educação que passa a construção da soberania, a construção da identidade do povo, a construção da autonomia, da capacidade de não só cumprir deveres, mas exigir direitos e o seu alargamento. Então reitero aqui, mais uma vez, a minha disposição de debate e de construção coletiva para que a gente regularize a situação do Fundeb de Porto Alegre. Um grande abraço a todas as comunidades escolares.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Está encerrado o período de discussão de Pauta. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal a fim de ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 18h17min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada do PELO nº 002/20 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa noite, Presidenta em exercício, Ver.^a Nádia; colegas vereadores e vereadoras; municipais; povo que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde; em nome do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, eu não poderia deixar de fazer aqui uma breve análise do que acontece hoje. Para nós acontece o fim de um ciclo de debates e de priorização que o governo coloca para a Câmara e para a sociedade. Se nós avaliarmos do ponto de vista político, o governo atual, nosso amigo, foi vereador, hoje prefeito da cidade, fez, eu diria, uma avaliação muito equivocada; na medida em que ele ganha a eleição num período de pandemia, deveria concentrar sua prioridade em combate à Covid, protegendo a população e, ao mesmo tempo, dando condições de abertura da economia. Infelizmente, o atual prefeito, pressionado possivelmente pelos seus apoiadores, comprometido desde a eleição, volta a desconstituir uma matriz sólida do passado, hoje fragilizada que é, sim, uma perseguição aos direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos à medida que a reforma da Previdência proposta pelo atual governo não contempla nem sequer, eu diria, um décimo dos servidores, porque foram poucas entidades que deram acordo e essas entidades têm um número pequeno de associados ou adeptos. Se nós observarmos que temos 30 mil servidores e atingindo, no mínimo, familiares, mais de 100 mil pessoas, nós vamos perceber que o governo atual adota uma priorização como fez o governo anterior que termina o seu governo com uma rejeição incalculável. Se o governo leva como recado, é muito importante, creio eu, cremos nós do nosso partido, porque, às vezes, a matriz ou a essência de um jovem que se torna prefeito e que defende a democracia, e ele diz que defende, e nós achamos que até então poderia ser uma alternativa de diálogo, mas, com certeza, percebeu-se aqui que o diálogo democrático, ele só poderia ter sido reconhecido se ele tivesse retirado o projeto antes de ter esse desgaste político desnecessário durante todo esse tempo e um ataque desleal aos partidos. Foi! Foi um ataque desleal ao PDT, aos PSB, ao Airto Ferronato, colegas vereadores. Vereador eleito pelo povo tem que ter posição política respeitando as decisões ideológicas e partidárias. Nós temos muitos partidos de aluguel, Ver. Pedro Ruas. E os partidos de aluguel não têm ideologia, rasgam o seu estatuto e a sua linha de ação. E aqui está uma prova disso. Nós reconhecemos a liderança estadual da deputada Juliana Brizola, ontem foi reconhecida pelo Lupi em nível nacional, e não seria diferente no PT, no PSOL, no PCdoB, os partidos de esquerda, o PSB, quando provocados com tamanha ousadia. Por isso, em nome da nossa liderança, eu creio que

nós devemos respeitar as posições, mas o governo sai derrotado. E não dá para continuar ameaçando. O discurso de alguns vereadores foi muito deslocado, nós temos que reconhecer o espaço constituído na Câmara, que é da sociedade, não é nosso. Hoje, estamos vereadores; amanhã, podemos não estar. Por isso, deixo aqui a minha saudação e, mais do que isso, uma legitimidade dos partidos. Se nós não tivermos partidos, não teremos condições de construir um projeto para todos em nível nacional, estadual e municipal. O governo que está aí, em nível federal, mostrou claramente que não tem partido. Nem ele tem, inclusive, nem partido, porque ele está sem partido. E aí ouvimos o que estamos ouvindo no dia a dia. Um forte abraço, uma força incalculável aos partidos e que Deus queira que nós possamos recuperar o que perdemos e estamos perdendo ainda, quando esses governos adotam posições impróprias, improcedentes, desleais, desmotivadoras da política do servidor público. Olhem quantos cidadãos foram para a fila para conseguir testagem da Covid e não conseguiram. Quantos procuraram um leito e não conseguiram. E quantas pessoas ainda estão perdendo a vida. Deixo aqui o nosso registro, enquanto partido, como líder do PT na Câmara, mas com tamanha indignação. Espero que isso sirva de lição para o governo e para todos nós na Câmara Municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Em nome da oposição, eu queria encaminhar favoravelmente a este requerimento de retirada do PELO e salientar o que já foi dito hoje por mim em outra oportunidade. Hoje, é um dia histórico para esta Casa. Nós vamos nos lembrar muito deste dia, porque a Casa deixou de ser uma casa de homologação da vontade do Executivo. Nós não podemos ser uma simples instância de homologação, nós temos de ser um Poder Legislativo de verdade. E no dia de hoje, a Casa mostra, por um número importante de vereadores, que não concorda com toda e qualquer coisa que venha do Executivo, que não concorda com algo que ataca brutalmente o serviço público, que ataca ferozmente as servidoras, os servidores para fazer caixa. O governo alega, o prefeito alegou aqui, e eu digo isso com o maior respeito, pois é a nossa obrigação, que há necessidade para as finanças do Município. Eu não vou discutir isso. Eu coloco é outra questão, porque o governo não pensou em mais nada que não fosse atacar os trabalhadores, as trabalhadoras...

Vereadora Mônica Leal (PP): Pedro, desculpa, mas o Ver. Cassiá passou mal. Ele está sendo atendido, nós temos que dar uma parada nisso. Acabei de ser

avisada, estava dirigindo, parei o carro. Eu não sei se vocês estão sabendo, me informaram neste momento que o Cassiá está passando mal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadora, ele já foi atendido, ele já está melhor, está sendo medicado, o pessoal já está já acompanhando ali, Ver.^a Mônica. Não se preocupe, pode ser tranquilizar que ele já estabilizou, obrigado. Obrigado pelo aparte, Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Para concluir, Presidente, eu quero desejar melhoras ao Ver. Cassiá Carpes evidentemente, eu não sabia do seu problema de saúde. Concluo dizendo que é um dia histórico para a cidade, um dia histórico na Câmara Municipal, e os partidos, disse bem o Ver. Oliboni, foram valorizados, sim, foram valorizados, os vereadores também. Eu quero dar um destaque especial à posição, desde o início, do Ver. Airto Ferronato, uma posição extraordinária, importante de um vereador de 32 anos de mandato na Casa e que mostrou uma dignidade e uma postura coerentes com a sua história e a sua biografia. Quero dar parabéns também aos vereadores Márcio Bins Ely e Mauro Zacher pela sua fidelidade partidária, isso não é qualquer coisa. Eu, como homem de partido que sempre fui, valorizo muito, muito, a fidelidade partidária e a capacidade de tomar decisões em conjunto e de cumpri-las. Então, acho que hoje é um dia, por todos os motivos, importante para a política, mas fica aqui o nosso compromisso de manutenção da luta pela valorização do serviço público e dos servidores. Muito obrigado, Sr. Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É impossível, apoiando evidentemente o requerimento feito pelo líder do governo, não fazer uma breve consideração. Nós estamos já na metade do ano e foi durante um semestre inteiro uma Câmara dos Vereadores polarizada com ataques constantes aos servidores públicos, com desrespeito muito grande aos servidores públicos. Foi algo muito, muito presente, a gente escutou muito os discursos desqualificando os servidores, uma vergonha o que a gente presenciou ao longo deste primeiro semestre. Eu fico feliz que o governo não tenha obtido essa maioria qualificada de votos, o governo em várias oportunidades, de modo arrogante, disse que teria esses 24 votos, mas o governo não teve. E o governo não teve, porque nós tivemos uma oposição decidida que resistiu, nós tivemos servidores públicos que buscaram defender os seus direitos e nós tivemos também a bancada do PDT e a bancada do PSB atuando de modo muito digno. Independentemente das nossas diferenças, como muito bem apontou o líder da oposição, Ver. Pedro Ruas, o Presidente da Câmara e o Ver. Mauro Zacher atuaram com critério de partido e o Ver. Airto Ferronato atuou com o critério de defesa do

serviço público, buscando sempre representar determinadas associações que conversaram com ele e que buscaram nele uma representação parlamentar. E esses 13 votos impediram que o governo seguisse adiante com o seu ataque, porque o governo estava preparando um ataque violento. Infelizmente, essa derrota de hoje, eu acho que ela não serve para que o governo tire conclusões e passe a perceber o funcionalismo público como seu aliado, não como seu inimigo. Digo isso por quê? Porque eu vejo do comportamento de muitos vereadores, essa atitude arrogante, antisservidor, uma linha que é uma linha que infelizmente domina o governo. O governo não tem adotado uma linha de verdadeira negociação, o governo não tem adotado uma linha de prestígio ao serviço público, infelizmente é isso que nós temos visto, e eu, neste caso, obviamente não estou otimista com o curso do governo, porque eu acho que é impossível nós termos um governo com sucesso atacando servidores públicos.

Quero dizer mais: eu vi a base parlamentar do governo Marchezan ruir na Câmara de Vereadores na Legislatura passada, eu vi que isso ocorreu, eu vi como ocorreu. E eu acho que o comportamento das lideranças da Câmara, sobretudo o setor mais ligado às posições desse genocida que governa o Brasil, o Presidente Bolsonaro, esse comportamento desses vereadores atacando, por exemplo, o Presidente da Câmara dos Vereadores, que atuou de modo imparcial, não teve em nenhum momento uma atitude favorável à oposição; o governo não teve um presidente, como muito bem apontou o Ver. Mauro Zacher, não teve em nenhum momento um presidente da Câmara hostil ao seus projetos. E, agora, num dia, em função do Presidente da Câmara ter adotado uma posição de partido, ele é atacado de modo desqualificado, é realmente chocante, é indignante ver esse comportamento. Eu quero prestar, nesse sentido, a minha solidariedade ao Presidente, prestar a minha solidariedade aos dois vereadores do PDT, ao vereador do PSB, e quero dizer que nós vamos resistir sim. Nós não caímos, não temos nenhum temor, esse discurso barato, discurso desqualificado de que nós fomos responsáveis pelos novos ataques que virão. Quem pensa que nos intimida com esse discurso não nos conhece! Esses políticos que vieram nessa onda bolsonarista, esses políticos vão passar, nós vamos derrotar essa onda bolsonarista. Isso vai virar pó – vai virar pó! – mais cedo do que tarde. Portanto, essa é a posição do PSOL. Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Informo que o Ver. Cassiá foi deslocado para o hospital, para o conhecimento de todos, já não se encontra mais na Casa.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Bom, eu já ouvi a oposição, o PSOL e o PT falando muito na questão partido. Foram partidos políticos que se uniram no primeiro turno, o Solidariedade, o MDB, o DEM e o Cidadania, e levaram o prefeito

Melo para o segundo turno. Foram partidos que, no segundo turno, se uniram, aí veio o PRB, veio o PL, o PSDB, o PP e outros partidos que garantiram a vitória do prefeito Sebastião Melo. Esses partidos acreditaram num programa de governo que foi construído por todos e apresentado. E por todos foi dito que o projeto de governo, projeto da cidade mais importante que tinha e tem, que o governo tem que dar um aporte muito grande de recursos para o fundo dos previdenciários. E faço coro à Comandante Nádia, se o fundo é superavitário, ele não precisa do dinheiro público, a injeção mensal que a Prefeitura de Porto Alegre dá, quando se cobra que tem que botar dinheiro na saúde, se cobra que tem que fazer os testes, que tem dar vacinas, se cobra que tem que abrir mais postos de saúde, e eu sou um dos que cobram, que tem que abrir escolas em tempo integral, eu também sou um dos que cobra, que tem que construir o centro do autista, também estou cobrando isso, e uma série de outras coisas que todos cobram do governo, e precisa de dinheiro. Agora todas as pessoas que foram ouvidas, todos os partidos que começaram a participar do governo, tanto no primeiro turno como no segundo turno, ou depois, na composição do governo, foi dito que o projeto mais importante era esse. Então, ninguém está indo contra partido, está indo contra nada, o que devem é os partidos consultarem: o governo disse que o projeto mais importante para o período do governo, o projeto mais importante para a governabilidade é a questão da reforma da Previdência. Ninguém foi enganado, não se mentiu a ninguém. Os partidos que hoje enaltecem o Presidente Márcio foram os mesmos que entraram na justiça contra a eleição do Presidente Márcio, e foram esses partidos que compuseram a aliança do Melo no primeiro turno, no segundo turno e compuseram a aliança de governo, dando em torno de 26 vereadores na Câmara de Vereadores, que foi a eleição que teve, esses partidos elegeram o Presidente Márcio. Então, nada mais justo que esses partidos cobrem uma postura do Presidente Márcio, foram esses partidos que trouxeram o PDT para a base aliada, ou estou mentido aqui que o PDT não tem secretário adjunto na Secretaria do Cezar Schirmer, do Planejamento? Não tem membros na administração? Não tem secretário adjunto na secretaria da Ana Pellini, e por aí afora? Quem tem esses cargos no governo entende-se que está no governo e num projeto mais importante. O governo retira esse projeto, mas é um projeto de que o governo não desistiu, o governo vai ainda tentar ver formas de melhorar a situação da população de Porto Alegre, ele não desistiu de melhorar a situação da população de Porto Alegre, não desistiu de fazer a entrega dos testes, não desistiu de ampliar a abertura dos postos de saúde, não desistiu das escolas em tempo integral, não desistiu de resolver os problemas do lixo, problemas de saneamento, não desistiu de nada disso. O governo vai continuar lutando para dar o microcrédito, para melhorar a vida das pessoas na cidade de Porto Alegre, porque, na campanha, no primeiro e segundo turnos, nós reafirmamos os nossos compromissos com a cidade de Porto Alegre. Não estamos fazendo nada que não tenhamos afirmado na campanha, e partidos são para isso, para honrar aquilo a que se comprometem – honrar aquilo a que se comprometem! – e não, simplesmente, passar uma borracha por cima, como se vê. E eu fui dirigente do PDT, fui do diretório, fui da executiva do PDT, então eu sei como é o *modus operandi* do PDT. Não adianta me dizer que não, porque eu sei como é o *modus operandi* do PDT, usa as benesses do

governo e depois, na hora, deixa os outros roerem os ossos e vai embora, vira as costas, vira o cocho, isso aconteceu com vários governadores de Estado, isso aconteceu com o Rigotto, com o Sartori, isso aconteceu com o próprio Collares, o próprio PDT, tanto na Prefeitura quanto no governo do Estado. Isso aconteceu em vários lugares, então, ninguém está aqui falando algo que não esteja na história, algo que não esteja nos livros, algo que não esteja no Google. É só entrar lá para ver, ninguém está falando nada que não seja verdade. Agora nós enaltecemos a grandeza do prefeito Melo que pede para nós votarmos pela retirada deste projeto da prioridade da pauta, deixando o projeto fora da Ordem do Dia. Seria isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Eu até não gostaria de estar discutindo este requerimento, Ver. Cecchim, até porque nós temos vários projetos que queremos votar. Eu mesmo tenho a frente parlamentar entre Portugal e Brasil, gostaria de votar, preciso votar, quero começar a trabalhar, eu fiz vários contatos, mas tendo em vista às falas dos vereadores, eu fui obrigado a subir nesta tribuna, mais uma vez, para demonstrar e falar sobre minhas ideias, porque senão fica como Goebbels, ele dizia que uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade. E nós não podemos admitir as falas dos vereadores socialistas – não vou mais chamar de oposição ou de esquerda, os socialistas –, ou não são socialistas? São socialistas, que pensam diferente, e dizem que aqui os vereadores são contrários aos servidores públicos, que perseguem servidores públicos. Eu não concordo com isso, eu acho que nós temos excelentes servidores públicos, e podemos até citar como exemplo de um grande servidor público o nosso 37, o Dr. Luiz Afonso, servidor público de carreira, que trabalha nesta Casa há muitos anos, já passou, é diretor desta Casa. Eu fui Presidente da Casa e convidei o Dr. Luiz Afonso para ser diretor, presidentes de vários partidos políticos convidaram o Luiz Afonso, um servidor público, que se aposentou e continua sendo diretor da Casa por unanimidade dos vereadores dos mais diversos partidos, porque é um servidor exemplar, que conhece, que trabalha, que cumpre mais do que horário. Se ligar para ele às 22h, 23h, o Dr. Luiz Afonso atende a todos os vereadores, e ajuda, explica. Eu, quando cheguei aqui, não sabia nada na Casa, aprendi muito com o Dr. Luiz Afonso. Então, há excelentes servidores públicos, e também alguns que nem tanto, assim como há excelentes políticos, e outros nem tanto. Agora, nós não podemos atacar os vereadores porque querem aprovar um projeto de uma reforma previdenciária, que foi aprovada no Brasil, no governo do Estado, no Rio Grande do Sul, e que vai mudar simplesmente a idade de aposentadoria de seis mil pessoas, é isso que nós estamos discutindo há uns seis meses. No Brasil inteiro já foi aprovado, as pessoas irão se aposentar, com 62 anos,

as mulheres, e com 65 anos, os homens. E aqui no Município de Porto Alegre, os servidores, seis mil pessoas, nós queremos que se aposentem da mesma forma que no Brasil inteiro. Os trabalhadores do Brasil, as pessoas que trabalham na enxada e na picareta vão se aposentar com 65 anos. Então, se tu tens um grupo, em Porto Alegre, de 1,5 milhão que vão se aposentar com 65 anos, e que seis mil pessoas, porque a Câmara não vai ter coragem de votar um projeto para seis mil pessoas, que vão se aposentar com 60 anos, isso é privilégio, isso não é defender os trabalhadores, isso é defender privilégio para alguns. E eu tenho a certeza que a maioria desses servidores não está preocupado e não está porque as manifestações que vemos aqui na Câmara, na entrada da Câmara de Vereadores, querendo impedir os vereadores de entrarem são de 10 ou 15 sindicalistas, não mais do que isso. Portanto, vamos respeitar os vereadores. Nós estamos votando não por partido político, eu acho que partido político é importante, a política se faz com partidos políticos, mas mais importante que partidos políticos é a cidade de Porto Alegre, Ver. Cecchim. E nós temos que trabalhar por 1,5 milhão de pessoas, não por seis mil, não que essas seis mil não mereçam o nosso respeito, merecem. Agora, na hora que continuar a discussão, e a previdência não é somente a idade, nós temos alíquotas, nós temos outros itens que serão discutidos nesta Casa, e a responsabilidade, então, será desses 12 ou 13 vereadores que não apoiaram, esses partidos já não apoiaram o prefeito Melo nem no primeiro nem no segundo turnos. A situação aqui, base e aliados, não são 26 vereadores, porque PT, PCdoB, PSOL, PDT e PSB, esses partidos políticos não estavam com o prefeito Melo no segundo turno. Então são 13 vereadores, e prova disso, Ver. Pedro Ruas, meu amigo Pedro Ruas, como esta Câmara não é simplesmente carimbadora de projetos, é que estes vereadores que estão aqui colocaram como Presidente da Casa o vereador de um partido que não estava no segundo turno junto com o prefeito Melo. Então, se separam as coisas, Executivo e Legislativo são coisas separadas, e nós respeitamos, sim, a oposição, os servidores, mas, mais do que isso, nós trabalhamos por uma cidade, por uma Porto Alegre melhor. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h46min.)

* * * * *